

RELATÓRIO INICIAL

Avaliação formativa e somativa

Estratégia Busca Ativa
Escolar

Março | 2025





Com 40 anos de atuação, a H&P apoia organizações públicas, privadas e do terceiro setor a promover os melhores resultados socioambientais e gerar legado positivo, por meio dos serviços de Diálogo e Responsabilidade Social, Gestão de Riscos e Impactos, Monitoramento e Avaliação e soluções de Consultoria ESG.

FALE CONOSCO

31 3292 2855 | 98208-7212
hep@hpconsultores.com.br

ACESSE



website



linkedin



Instagram



facebook

Nossa equipe

diretoria

Cristina Margoto

Diretora Executiva

Guilherme Rodrigues

Diretor Técnico

Lucas Sardinha

Diretor de Projetos

Guilherme Silveira

Diretor de Metodologias,
Produtos e Inovação

equipe do projeto

Coordenação

Juliana Vasconcelos

Cientista Social e Doutora em
Demografia

Liderança Técnica

Jorge Alexandre Barbosa Neves

Cientista Social e Doutor em
Sociologia

Equipe de Referência

Mariana G. Canaan

Cientista Social, Mestra e
Doutora em Educação

Thais Victorino

Cientista Social e Mestra em
Educação

Júlia Espescht

Cientista do Estado e Mestra em
Administração Pública

Antônio Claret

Cientista Social e Doutor em
Ciência Política

Lara Reis

Estatística

Núcleo de Metodologias e Produtos

Mariana Cockles

Cientista Política, Mestra e
Doutora em Ciência Política

Anna Clara Marçall

Arquiteta Urbanista e Mestra
em Desenvolvimento
Regional

Gabriela Reis

Cientista Socioambiental

Amanda Clemente

Graduanda em Ciências
Sociais

Comunicação

Thais Lima

Designer, MBA em Branding e
Comunicação

Mayra Nery

Graduanda em Design
Gráfico

Apresentação

Este documento apresenta, de forma parcial, o percurso proposto pela consultoria H&P para avaliar a **estratégia Busca Ativa Escolar** (BAE). O processo avaliativo, conduzido desde 2024, tem como objetivo analisar tanto a implementação da estratégia quanto os resultados alcançados.

O relatório está estruturado da seguinte maneira : **1) Introdução**, apresenta a contextualização da estratégia, **2) Finalidade, objetivos e usos** da avaliação que detalha o propósito e a aplicação da avaliação, **3) Teoria da Mudança**, descreve o processo de elaboração da TdM criada para a BAE, **4) Matriz Avaliativa** onde é contextualizada a matriz elaborada para direcionar a avaliação, **5) Metodologia** que detalha as abordagens metodológicas utilizadas para a avaliação formativa e somativa, **6) Divulgação da avaliação**, lista todos os produtos que poderão ser utilizados para divulgar os resultados, achados e recomendações, **7) Resultados e garantia de qualidade**, seção que expõe os resultados esperados e as medidas tomadas para assegurar a qualidade do trabalho realizado pela consultoria, por fim **8) Plano de Trabalho**, apresenta o cronograma e as etapas do processo avaliativo.

Lista de Acrônimos

ASSERTE: Associação de Defesa e Promoção da Educação, Saúde e Assistência Social

ATRICON: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

BAE: Estratégia Busca Ativa Escolar

CONASEMS: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

CONGEMAS: Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação

MEC: Ministério da Educação

SEDUC: Secretaria de Educação do Estado

SME: Secretaria Municipal de Educação

TdM: Teoria da Mudança

UNCME: União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

Introdução	6
A Busca Ativa Escolar	12
Finalidade e objetivos	16
Teoria da Mudança.....	19
Matriz (framework) de avaliação	25
Metodologia	28
Métodos	29
Amostra	32
Survey.....	32
Entrevistas em profundidade.....	36
Aplicação das pesquisas.....	38
Análise das informações.....	39
Considerações éticas.....	42
Limitações e medidas de mitigação.....	43
Usos e Divulgação da avaliação.....	44
Resultados e garantia de qualidade	46
Plano de Trabalho e Cronograma	49
Plano de trabalho.....	49
Cronograma.....	50
Anexos	55
Matriz avaliativa	55

Introdução

Contexto e objeto

A partir de meados da década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização que trouxe mudanças significativas no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes, com a aprovação de diversos marcos legais no país que buscam assegurar o direito desse grupo. Esses marcos são de extrema importância para a proteção integral às crianças e adolescentes.

No que tange ao direito à educação, alguns marcos legais ajudaram a consolidar esses direitos. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo o acesso gratuito ao ensino básico e a obrigatoriedade escolar.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidou a ideia de que a educação é um direito básico e inalienável, estabelecendo que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes na escola, com igualdade de condições para o seu desenvolvimento pleno. O ECA também responsabiliza o poder público por garantir atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência, acesso a programas de material didático e transporte escolar, além de proibir qualquer forma de discriminação ou violência no ambiente escolar. O Estatuto prevê, ainda, mecanismos de proteção contra a evasão e a repetência, exigindo que os sistemas de ensino atuem ativamente para identificar e enfrentar as causas do abandono escolar.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, definiu a organização da educação no Brasil, as responsabilidades dos entes federativos e os princípios da educação inclusiva. Outro marco importante é o Plano Nacional de Educação (PNE), que define um conjunto de metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do país a cada 10 anos. O último PNE (2014-2024) estabeleceu metas concretas para ampliar o acesso, a permanência e a aprendizagem, com atenção especial à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ainda que constitucionalmente protegido e garantido, o acesso à educação ainda não foi universalizado no Brasil. A exclusão e o abandono escolar são desafios persistentes, causados por uma multiplicidade de fatores, que vão além dos limites da escola (UNICEF, 2017)¹. Essas barreiras podem ser

¹ UNICEF. Cenário da exclusão escolar no Brasil. Brasília: UNICEF, 2023.

socioculturais (discriminação racial, preconceito, bullying, homofobia, transfobia, exposição à violência e abusos e gravidez na adolescência), econômicas (pobreza, trabalho infantil, exploração sexual), relacionadas à oferta educacional (número insuficiente de escolas, falta de acessibilidade para alunos com deficiência, condições precárias de infraestrutura e transporte escolar, falta de professores), entre outras.

Esses obstáculos impedem que as crianças e adolescentes frequentem as aulas ou que, uma vez lá, tenham garantido o direito de continuar estudando, progredir nos estudos e concluir a educação básica na idade adequada. Essas barreiras atuam de maneira desigual entre crianças e jovens pertencentes a determinados grupos, visto que estão profundamente relacionados a desigualdades estruturais presentes no contexto brasileiro.

Dessa forma, eles **atingem de modo desigual crianças e adolescentes de diferentes estratos socioeconômicos, raça/etnia, gênero, faixa etária e região do país**, sendo que a intersecção entre esses marcadores tende a agravar ainda mais a situação, como demonstram o conjunto de dados apresentados a seguir.

Quando se olha por **faixa etária**, observa-se que a exclusão escolar é mais acentuada entre crianças de 0 a 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos, quando comparados àqueles entre 6 e 14 anos, conforme mostra a **taxa de frequência escolar bruta**, que representa o percentual de pessoas em uma determinada faixa etária que estão matriculadas na escola.

Essa exclusão é, ainda, marcada por desigualdades regionais, sendo maior na região Norte do que nas demais regiões em todas as faixas etárias, seguida pelo Centro-Oeste (na faixa etária de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos). A tabela abaixo apresenta essas informações por faixa etária e região (IBGE, Censo Demográfico 2022).

BRASIL E GRANDE REGIÃO	FAIXAS ETÁRIAS			
	0 A 3 ANOS	4 A 5 ANOS	6 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS
Brasil	33,9	86,7	98,3	85,3
Norte	16,6	76,2	96,9	83,7
Nordeste	28,7	89,7	98,4	85,7
Sudeste	41,5	88,9	98,4	85,4
Sul	41,0	86,7	98,5	85,8
Centro-Oeste	29,0	80,5	98,1	83,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022

A partir de uma análise por **etapa de ensino**, é possível se obter outras informações sobre o contexto de exclusão e abandono escolar brasileiro por faixa etária.

A **Educação Infantil** compreende os períodos da creche (faixa etária de 0 a 3 anos) e da pré-escola (faixa etária de 4 a 5 anos), fase essencial para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Desde 2013, a educação básica é obrigatória a partir dos 4 anos, com esforços para universalizar a pré-escola e ampliar o acesso à creche para crianças de 0 a 3 anos. No entanto, há variações significativas na frequência escolar entre essas faixas etárias da educação infantil.

Em 2022, **apenas 33,9% das crianças de 0 a 3 anos estavam frequentando a escola** no país (IBGE, Censo Demográfico 2022). Apesar de superior à taxa observada em 2010, que era de 9,4%, essa taxa ainda se encontra abaixo da meta de 50% até 2024 prevista no PNE.

De acordo com a PNAD Contínua (2023), os principais motivos para esse cenário são a escolha dos pais/responsáveis (60,7%) de não matricular a criança por a acharem muito nova ou pela preferência de cuidar em casa, seguido pela falta de vagas ou escolas para essa faixa etária (33,5%). Esse fato pode indicar o desconhecimento acerca desse direito ou a falta de entendimento sobre a importância que os primeiros anos escolares possuem para o desenvolvimento infantil. No Norte, região do país com a menor taxa de frequência escolar nessa faixa etária (16,6%), a não existência de escola/creche na localidade, a falta de vaga ou a não aceitação de matrícula por causa da idade da criança foi o motivo principal em 41% dos casos, enquanto no Sul e Sudeste esse valor é de menos de 30%. Isso mostra tanto as desigualdades regionais no acesso, como também a privação do direito à educação (IBGE, Censo Demográfico 2022).

Já entre as **crianças de 4 e 5 anos, a taxa de frequência escolar bruta era de 86,7%**, em 2022 (IBGE, Censo Demográfico 2022). Apesar de bem superior à taxa das creches, essa taxa ainda está distante da universalização prevista para 2016 no último PNE.

No que diz respeito ao **Ensino Fundamental**, mais de 98% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos frequentavam a escola em 2022, exceto na região Norte, onde essa taxa era de 96,9% (IBGE, Censo Demográfico 2022). Embora essa taxa esteja próxima da universalização, em números absolutos representa milhares de crianças e adolescentes fora da escola, casos que exigem atenção e medidas para reverter esse quadro.

Por sua vez, o cenário para o **Ensino Médio** é ainda mais preocupante. No Brasil, a frequência escolar entre adolescentes de 15 a 17 anos era de 85% em 2022, indicando um percentual elevado de adolescentes nessa faixa etária fora da escola (IBGE, Censo Demográfico 2022). Além disso, a taxa de abandono na

rede pública vem apresentando aumento, alcançando 6,5% em 2022, acima dos 5,5% observados em 2019 (INEP, Censo Escolar, 2022).

No quadro abaixo, são apresentadas algumas das **razões que levam à exclusão escolar** entre adolescentes e jovens de 14 a 29 anos que não completaram o Ensino Médio, conforme os dados da PNAD Contínua de 2023.

Quadro 1. Exclusão escolar entre jovens de 14 a 29 anos com Ensino Médio incompleto²

41,7% dos **adolescentes e jovens de 14 a 29 anos** com ensino médio incompleto abandonaram ou nunca frequentaram a escola devido à necessidade de trabalhar.



Os homens que abandonaram ou nunca frequentaram a escola apontaram como razão:

53,4% necessidade de **trabalhar**.

25,5% falta de **interesse** em estudar.



Entre as mulheres que abandonaram ou nunca frequentaram a escola, as razões apontadas foram:

25,5% necessidade de **trabalhar**

23,1% ocorrência de **gravidez**

20,7% falta de **interesse** em estudar



9,5% das mulheres mencionaram **afazeres domésticos** ou **cuidado de pessoas** como razão do abandono, enquanto apenas **0,8%** dos homens indicaram o mesmo, reforçando as questões de gênero que configuram seus papéis sociais.

Os motivos da evasão deixam claro que existem importantes **diferenças de gênero no que concerne as trajetórias escolares e a exclusão escolar**. Como indicam Carvalho, Senkevics e Loges (2014)³, a socialização de gênero tem implicações no processo de escolarização em si, impactando de maneira distinta as trajetórias de meninos e meninas. De acordo com os autores, a socialização nas famílias – no caso estudado, dos setores populares urbanos – tende a promover, nas meninas, comportamentos valorizados pelas escolas, como disciplina, organização e obediência, enquanto os meninos não são incentivados da mesma forma. Isso ocorre porque as meninas são frequentemente encarregadas de tarefas domésticas, são mais vigiadas e têm menos oportunidades de socialização que os seus irmãos do sexo masculino. Essas limitações fazem com que a escola tenha significados diferentes para meninas e meninos. Os meninos tendem a perceber a escola como um momento de pausa nos momentos de lazer, enquanto as meninas a veem como um espaço de liberdade, sociabilidade e realização pessoal. Além disso,

² Dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE em 2023.

³ CARVALHO, Marília Pinto de; SENKEVICS, Adriano Souza; LOGES, Tatiana Avila. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar? Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 717-734, jul./set. 2014

essas restrições contribuem para que as meninas valorizem atividades extracurriculares com formatos próximos ao escolar – como participação em grupos de teatro e jornal, ou oferta de aulas e atividades para crianças menores no âmbito de igrejas – que colaboram com o desenvolvimento das disposições desejadas pela escola e com aspirações de profissões qualificadas.

Esses planos parecem motivar um empenho maior nos estudos, alimentando o ciclo de sucesso escolar das meninas, que paradoxalmente emerge da própria estrutura de subordinação de gênero. Um exemplo disso é que as meninas abandonam a escola em uma proporção inferior aos meninos. Em 2022, a taxa de abandono do ensino médio era de 5,2% entre elas e de 6,3% entre eles (INEP, Censo Escolar, 2023).

Apesar dessa aparente vantagem, alguns motivos de exclusão ou abandono escolar refletem desafios adicionais das meninas para continuar os estudos. A gravidez é responsável pela evasão escolar das mulheres entre 14 e 29 anos em 23% dos casos, sendo o terceiro motivo mais citado; esse motivo, no entanto, não aparece entre os homens. O mesmo ocorre com o trabalho doméstico e o cuidado com pessoas, citado como a razão do abandono por quase 10% das mulheres, mas por apenas 0,8% dos homens.

Estudo de Ratusniak (2024)⁴ corrobora esses dados, indicando que entre as meninas, o cuidado com a família ainda se apresenta como importante motivo para evasão, enquanto, entre os meninos, o principal motivo aparece como o desinteresse. Dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), de 2016, também mostram que o trabalho infantil doméstico é realizado por meninas em 94% dos casos, sendo 73,4% delas negras⁵.

Esses dados trazem à tona outros dois marcadores que afetam diretamente a exclusão escolar, a origem social e a raça/cor. Em relação à **origem social**, crianças e jovens de classes de mais baixa renda, especialmente em situação de pobreza, apresentam maiores chances de evadir ou abandonar a escola do que crianças em outros grupos, levando a uma trajetória educacional mais curta e errática. Um dos principais motivos está relacionado à necessidade de trabalhar (seja para gerar renda ou trabalho doméstico).

Dados da PNAD 2023 indicam que a frequência escolar é menor entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho. Nesse grupo, a taxa de frequência escolar é de 88,4%, enquanto entre crianças e adolescentes da

⁴ RATUSNIAK, Célia. Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola? Rev. Brasileira de Educação, vol. 29, Rio de Janeiro, 2024.

⁵ Disponível em: <<https://fnpeti.org.br/12dejunho/2016/#downloads>>. Acesso em 24/02/2025.

mesma faixa etária que não trabalham e apenas estudam essa taxa é significativamente maior, atingindo 97,5%. Como apontam Sousa e Alberto (2008), entre os diversos encadeamentos psicossociais existentes em trabalhar e estudar, tem-se danos ao processo de escolarização de crianças e adolescentes, uma vez que essa relação contribui para as situações de defasagem, abandono e evasão escolar.

Em relação à **raça/cor**, outro marcador importante na geração de diferenciais no acesso e permanência na escola, dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) revelam disparidades significativas entre grupos raciais. A taxa de frequência escolar bruta é, em todas as idades, menor entre pretos, pardos e indígenas. Isso demonstra que esses grupos apresentam maiores percentuais de exclusão escolar, especialmente entre crianças de 0 a 3 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos.

GRUPO DE IDADE	COR OU RAÇA				
	BRANCA	PRETA	AMARELA	PARDA	INDÍGENA
0 a 3 anos	37,3	36,4	42,0	30,7	13,5
4 a 5 anos	88,5	86,5	90,7	85,6	66,3
6 a 14 anos	98,5	98,1	98,4	98,2	92,1
15 a 17 anos	86,8	83,9	85,6	84,5	78,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Assim, o racismo estrutural influencia diretamente o acesso e a permanência de pessoas negras na educação, evidenciando as profundas desigualdades raciais que permeiam o sistema educacional (Serafim, C. R., 2024)⁶. Como aponta a filósofa Sueli Carneiro (2023)⁷, o racismo opera como um dispositivo de poder que naturaliza e perpetua hierarquias raciais, afetando não apenas o acesso à educação, mas também a qualidade da experiência escolar para a população negra. Essa dinâmica é reforçada por mecanismos institucionais que marginalizam o conhecimento produzido por pessoas negras, reproduzindo o que Carneiro denomina de "epistemicídio", ou seja, a negação sistemática dos conhecimentos e das potencialidades intelectuais das pessoas negras.

Em associação com o gênero, essas disparidades de raça são ainda mais evidentes. Por exemplo, a taxa de frequência escolar entre jovens de 15 a 17 anos revela que o percentual de homens pretos ou pardos frequentando a escola era de 67,1%, em contraste com 77,2% de homens brancos. Entre as mulheres, a diferença também é marcante: 76,7% das mulheres pretas ou

⁶ Serafim, C. R. Impactos do racismo estrutural na evasão escolar de estudantes negras e negros um olhar sobre a educação de jovens e adultos. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena) -Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024.

⁷ CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

pardas frequentavam a escola, enquanto o índice entre mulheres brancas era de 84,4%. Esses números não apenas refletem a desigualdade no acesso à educação, mas também apontam para os obstáculos enfrentados por jovens negros e negras, como a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e a exposição a práticas discriminatórias no ambiente escolar.

Lélia Gonzalez, em suas reflexões sobre a **interseccionalidade entre raça, classe e gênero**, destaca que a população negra, especialmente mulheres, está submetida a múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e se reforçam (Gonzalez, 1988)⁸. No contexto educacional, isso resulta em uma dupla marginalização, pois além de enfrentarem o racismo estrutural, as mulheres negras também lidam com as barreiras impostas pelo sexismo, o que amplia as dificuldades para concluir os estudos.

A partir de uma perspectiva interseccional, conceito amplamente desenvolvido por Carla Akotirene (2019)⁹, é possível perceber que indicadores de **raça, classe, gênero e outros marcadores interagem e atuam simultaneamente potencializando a situação de exclusão e desvantagem para as crianças e adolescentes pertencentes a grupos vulnerabilizados**. Assim, a evasão escolar não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais que refletem a estrutura de desigualdades da sociedade brasileira.

O contexto de exclusão de crianças e adolescentes na educação brasileira precisa, desse modo, ser tratado considerando essa interação.

A Busca Ativa Escolar

Nesse cenário complexo de evasão e abandono escolar no Brasil, a **Estratégia Busca Ativa Escolar (BAE)**, criada em 2017 para abordar os desafios que mantêm crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, **combina uma metodologia social a uma ferramenta tecnológica** para **alcançar as crianças e adolescentes que estão em situação de exclusão escolar** e que, portanto, não têm seu direito fundamental e constitucional à educação garantido.

A BAE é disponibilizada de forma gratuita para estados e municípios, com o propósito de apoiar os governos na identificação, registro e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou se encontram em

⁸ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro, n. 92/93, 1988.

⁹ AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019. Pág 15. "Indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patricia Hill Collins, feminista negra estadunidense, considero a interseccionalidade como um "sistema de opressão interligado".

risco de evasão. Em contrapartida, os estados e municípios devem garantir os insumos financeiros, humanos e materiais necessários para sua implementação eficaz, a partir da própria estrutura existente nas gestões para a execução das políticas públicas. Esse custo total, no entanto, não é possível estimar, pois pode variar de acordo com o orçamento, a capacidade financeira, as necessidades e prioridades de cada município ou estado.

Em 2025, quando a BAE completa oito anos de implementação, UNICEF e Undime desejam realizar uma avaliação formativa e somativa, tendo como principal objetivo avaliar a efetividade da Estratégia Busca Ativa Escolar no Enfrentamento à Exclusão Escolar no Brasil. Tal estudo foi desenvolvido pela H&P e é discutido neste relatório.

A figura abaixo apresenta dados sobre a adesão e implementação da estratégia Busca Ativa Escolar por municípios e por estados, dividido a partir dos ciclos da BAE. Esses ciclos acompanham os períodos eleitorais. Sempre que ocorre um novo pleito municipal ou estadual é necessário que os novos(as) gestores(as) realizem a readesão à estratégia. Isso é fundamental para garantir o compromisso político e institucional dos novos administradores com a implementação contínua da BAE.

Os dados apresentados são de fevereiro de 2025 e mostram uma tendência de crescimento contínuo da adesão à estratégia entre os municípios.



CICLOS MUNICIPAIS

2017 a 2020 – 2.521 adesões

2021 a 2024 – 3.493 adesões

CICLOS ESTADUAIS

2019 a 2022 – 23 adesões

2023 a 2026 – 21 adesões

A implementação da BAE se dá por meio da adesão de prefeitos e governadores. Esse processo ocorre de forma intersetorial, envolvendo as Secretarias de Educação (que lideram a iniciativa), Saúde e Assistência Social. A articulação com a gestão nacional, realizada pelo UNICEF e pela Undime, garante apoio técnico aos entes que aderem à Busca Ativa Escolar. No quadro abaixo, são apresentadas as principais fases da adesão e implementação da estratégia nos estados e municípios.

Quadro 2. Principais fases/atividades para adesão e implementação da BAE nos estados e municípios

FASES DA IMPLEMENTAÇÃO DA BAE	
1	O(a) prefeito(a) ou o(a) governador(a) faz a adesão à Busca Ativa Escolar pelo site da estratégia ou pelo link da plataforma e cadastra o Gestor(a) Político(a). Cabe destacar que a adesão pode ser feita tanto por ele(a) como ou pela sua chefia de gabinete, em articulação com o(a) secretário(a) de educação
2	O(a) Gestor(a) político(a), que normalmente é o(a) próprio(a) secretário(a) de educação, designa o coordenador(a) operacional , que, entre outras funções, tem o papel de organizar o Comitê Gestor.
3	O coordenador(a) operacional designado(a), planejará e acompanhará o andamento das ações da Busca Ativa Escolar, além de cadastrar os(as) supervisores(as) institucionais e, eventualmente, os(as) técnicos(as) verificadores(as) e os(as) agentes comunitários(as) .
4	O Comitê Gestor é organizado e gerenciado pelo(a) coordenador(a) operacional e conta com reuniões intersetoriais com a participação de secretarias municipais ou estaduais de diversas pastas ligadas direta ou indiretamente ao campo da infância e adolescência, além de organizações da sociedade civil, associações de moradores, diretores(as) de escolas e outros atores, conforme a relevância e contexto de cada município ou estado.
5	Os(as) supervisores institucionais designados pelo(a) coordenador(a) operacional recebem alertas sobre crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar , realizam os procedimentos necessários para garantir seu atendimento pelos diversos serviços públicos , efetuam a (re)matrícula e monitoram a permanência na escola. Além disso, cadastram profissionais que atuarão como técnicos(as) verificadores(as) e agentes comunitários(as) .
6	Agentes comunitários(as) realizam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar e enviam os alertas .
7	Técnicos(as) verificadores(as) realizam abordagem familiar com o objetivo de mapear as razões da exclusão escolar ou do abandono e elaboram uma análise técnica para garantir o atendimento intersetorial e a (re)matrícula.

A adesão à BAE pode ser fomentada de várias maneiras. Quadro 2 Uma delas é por meio da participação dos municípios no **Selo UNICEF¹⁰. Um dos resultados sistêmicos obrigatórios do Selo é a adesão à BAE e o cumprimento de metas de rematrícula¹¹**, o que induz os municípios a aderirem e implementarem a estratégia.

Outra forma de fomento é por meio dos estados que, pelo regime de colaboração, mobilizam seu conjunto de municípios à adesão. Há ainda as adesões fomentadas pela Undime nos estados e até mesmo aquelas

¹⁰ O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), direcionada a municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira. O Selo visa estimular e reconhecer avanços na promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ao aderir ao Selo, o município automaticamente se compromete com alguns resultados, sendo necessário alcançar esses objetivos para obter a certificação.

¹¹ Os resultados sistêmicos do Selo UNICEF são indicadores que avaliam o impacto das políticas públicas implementadas pelos municípios para garantir os direitos de crianças e adolescentes. O Selo UNICEF conta com 17 resultados sistêmicos, que abrangem diversas áreas, como saúde, educação, proteção e participação social. Um desses resultados é a implementação de programas de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola.

espontâneas, nas quais os municípios ou estados conhecem a estratégia, por meio de algum evento, e optam por aderir.

Conforme apresentado no Quadro 2, é possível perceber que a Estratégia Busca Ativa Escolar **conta com uma ampla equipe envolvida em todo o seu processo de adesão e implementação**, incluindo: equipes locais compostas por gestor(a) político(a), coordenador(a) operacional, supervisor(a) institucional, técnicos(as) verificadores e agentes comunitários(as). O Quadro 3 a seguir elenca, de forma sintética, as principais tarefas realizadas por estes *stakeholders*.

Quadro 3. *Stakeholders* – Equipes Locais da Busca Ativa Escolar

Gestor(a) político	Lidera o processo de articulação política da Busca Ativa Escolar.
Coordenador(a) operacional	Elabora e acompanha a execução do Plano de Ação e a implementação de todas as atividades da Busca Ativa Escolar.
Supervisores(as) institucionais	Realiza a gestão dos casos para encaminhamento aos diversos serviços públicos e realiza as (re)matrículas.
Técnicos(as) verificadores(as)	Faz abordagem às famílias das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la a fim de realizar pesquisa detalhada.
Agentes comunitários(as)	Identifica, nos territórios onde atua, crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandoná-la, e emite alertas sobre essas situações.

Além disso, parceiros apoiadores, como Congemas, Conasems, Uncme, Consed e Atricon, e parceiros técnicos, como organizações da sociedade civil, desempenham um papel fundamental para o funcionamento eficiente da BAE. No quadro a seguir é possível consultar as principais atribuições desses *stakeholders* envolvidos na BAE:

Quadro 4. *Stakeholders* – *Parceiros Institucionais e Nacionais da Busca Ativa Escolar*

UNICEF	Gestão nacional.
UNDIME	Cogestão nacional.
CONGEMAS E CONASEMS	Parceiros institucionais da BAE.
CONSED	Oferece apoio na relação com os estados.
ATRICON	Importante parceiro para mobilização dos municípios e estados e para o monitoramento da implementação.
MINISTÉRIOS PÚBLICOS E TRIBUNAIS DE CONTAS	Monitoramento da implementação pelos municípios e estados.
UNCME	Atua na discussão sobre a matrícula a qualquer tempo e outros temas normativos.
MEC	Possibilidade de articulação para alinhar a BAE com os programas federais de acesso e permanência.

Considerando o contexto da BAE, **o objetivo desta avaliação é analisar a efetividade e os resultados alcançados pela estratégia Busca Ativa Escolar ao longo dos anos**, desde sua implementação em 2017. Considerando o início de um novo ciclo de implementação da estratégia pelos municípios (2025–2028), torna-se necessário o levantamento de evidências que apótem insumos para a tomada de decisão embasada por parte da gestão nacional e, assim, garantir o aprimoramento da Busca Ativa Escolar.

Finalidade e objetivos

da avaliação

A estratégia Busca Ativa Escolar, lançada em 2017, conta atualmente com três ciclos de adesão municipais¹² e dois ciclos estaduais, o que indica um nível significativo de maturidade. Esse contexto evidencia a necessidade de uma avaliação que aborde tanto os aspectos relacionados à sua implementação quanto os resultados já alcançados pela estratégia.

Em 2021 foi realizada uma avaliação formativa da estratégia, e, a partir de 2024, a H&P passou a conduzir uma **avaliação somativa combinada com uma avaliação formativa**, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o desempenho, desafios e oportunidades de aprimoramento da BAE.

Paralelamente, o UNICEF Brasil passou por mudanças significativas em seu programa no país, o que levou a uma revisão dos principais desafios relacionados à garantia do direito à educação de crianças e adolescentes. Nesse cenário, as prioridades da organização foram revistas, reforçando o compromisso com o enfrentamento da exclusão escolar por meio da Busca Ativa Escolar, que segue como uma estratégia central.

No quadro a seguir são apresentados os conceitos de avaliação somativa e avaliação formativa:

Quadro 5. Conceitos de avaliação formativa e somativa¹³

AVALIAÇÃO FORMATIVA	AVALIAÇÃO SOMATIVA
A avaliação formativa está relacionada com a análise e produção de informações para gerar insumos sobre o desenvolvimento de um programa, visando a melhoria dos processos. Normalmente é voltada para atores	A avaliação somativa está relacionada com a análise e produção de informações que buscam verificar a efetividade do programa , ou seja, em que medida o programa atingiu os resultados e efeitos pretendidos, após ele

¹² O terceiro ciclo, atualmente em vigência, teve início no começo de 2025 e se estenderá até 2028.

¹³ Fonte: Scriven, Michel (2018). *Avaliação: um guia de conceitos*; Universidade Estadual de Campinas. (1999, julho). *Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final*. NEPP/UNICAMP. Legislação A29 Pro-Po88.

diretamente ligados ao desenvolvimento ou implementação dos programas enquanto eles ainda estão em execução.

atingir maior maturidade/estabilização. Ela apoia a tomada de decisões sobre o programa, bem como pode fortalecer seu *advocacy*.

No que diz respeito aos **objetivos** dessas avaliações, o quadro abaixo elenca os principais:

Quadro 6. Objetivos da avaliação formativa e somativa para a BAE

OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA – BUSCA ATIVA ESCOLAR¹⁴



FORMATIVA

Avaliar se, e em que medida, a estratégia Busca Ativa Escolar tem sido **implementada nos estados e municípios**.

Avaliar se, e em que medida, os **pressupostos e fluxos de trabalho adotados** a partir dos diferentes modelos de implementação nos estados e municípios são **efetivos e sustentáveis**.

Identificar **boas práticas** para inspirar municípios e estados a melhorarem sua atuação na Busca Ativa Escolar.

SOMATIVA

Avaliar se os **casos de exclusão e abandono escolar foram identificados e encaminhados pela Busca Ativa Escolar estão em sintonia com os dados oficiais** sobre o tema, visando garantir a adequação da estratégia às evidências disponíveis.

Avaliar se, e de que forma, a Busca Ativa Escolar tem **beneficiado a vida das crianças e adolescentes** de diferentes faixas etárias e em maior situação de vulnerabilidade.

O **escopo temático** perpassado pela avaliação conduzida pela H&P consiste em investigar o desempenho da Busca Ativa Escolar, **com foco nos diferentes modelos de implementação e no atendimento às etapas de ensino Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Os temas de interesse a serem analisados dentro desses recortes estão:

1. A cultura de trabalho intersetorial das equipes da estratégia em nível subnacional.
2. O funcionamento dos pressupostos da estratégia, nomeadamente o regime de colaboração e o trabalho intersetorial.
3. A percepção compartilhada pelas equipes da Busca Ativa Escolar sobre a cultura de fracasso e exclusão escolar e o impacto dessa percepção na efetividade da implementação.
4. O funcionamento e a efetividades dos fluxos de trabalho da Busca Ativa Escolar, incluindo: 1) As capacidades locais para realização do trabalho (políticas, recursos humanos, capacidade técnica e recursos

¹⁴ Fonte: Termo de Referência (LRPS-2024-9192040)

financeiros). 2) Os mecanismos de identificação das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono. 3) Os mecanismos de matrícula e gestão da permanência dos(as) estudantes.

5. A sustentabilidade da estratégia na consolidação das capacidades locais de efetivação dos processos de matrícula e permanência dos(as) estudantes na escola.
6. O impacto da estratégia na vida das crianças e adolescentes mais vulneráveis na perspectiva de equidade para as questões de gênero, raça/cor, étnica e deficiências.

Quanto ao **escopo temporal**, a presente avaliação **abrangerá todo o período de implementação da Estratégia Busca Ativa Escolar**, desde seu início em 2017. É relevante ressaltar que esse processo enfrenta alguns desafios. O primeiro deles refere-se ao tempo diferenciado de adesão entre estados e municípios. Além disso, a alternância das equipes gestoras da BAE entre os mandatos eletivos pode resultar em descontinuidade na implementação da estratégia em determinados estados e municípios. Por fim, as mudanças na coordenação local da estratégia podem criar obstáculos no compartilhamento de conhecimento por parte dos atores-chave sobre a implementação da BAE em certas localidades. Por esse motivo, algumas das análises podem ficar condicionadas aos resultados do último ciclo de estados e municípios, visto que os atores envolvidos nele são os que serão ouvidos na avaliação por serem os que estão ativos na execução.

O escopo **geográfico** da avaliação incluirá **todos os estados e municípios que aderiram ao último ciclo da BAE**. Na parte qualitativa da pesquisa serão construídas subamostras conforme as características definidas no Termo de Referência da avaliação e descritas na seção de Metodologia.

Ao ser finalizado, esse processo avaliativo **servirá como um instrumento para gerar conhecimento e orientar os diversos atores envolvidos** na estratégia. Entre os(as) beneficiários(as) dessas informações estão UNICEF, Undime, governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil, parceiros financiadores entre outros. Na seção “Usos e divulgação da avaliação”, presente neste relatório, esse tema será abordado mais detalhadamente.

As informações geradas permitirão traçar um panorama detalhado do estágio atual da estratégia, subsidiar futuras tomadas de decisão, fomentar a transparência no processo de implementação e identificar tanto os pontos fortes quanto as áreas que necessitam de aprimoramento. Dessa forma, a Busca Ativa Escolar estará ainda mais preparada para enfrentar os desafios da exclusão escolar e garantir o direito à educação de maneira mais eficaz e equânime.

Teoria da Mudança

Como parte deste processo avaliativo, foi desenvolvida uma **Teoria da Mudança** (TdM) para a estratégia, com o objetivo de organizar, de forma lógica e sequencial, os insumos, as atividades, os produtos, os resultados e os impactos almejados, fornecendo uma base consistente para monitorar o progresso e avaliar a efetividade das ações. Embora esse sequenciamento lógico do processo esperado de mudança já estivesse subentendido pelos atores envolvidos na BAE, ele existia apenas de maneira informal e sem um desenho completo que estabelecesse os nexos causais entre as atividades a serem realizadas e os resultados e impactos esperados.

Por exemplo, durante o processo de desenho da TdM foi possível identificar percepções comuns entre diversos atores sobre quais são os impactos pretendidos pela estratégia da BAE. Para além da premissa de diminuir o número de crianças e adolescentes fora da escola (meta que norteia toda a estratégia), os atores consultados no processo apontaram em comum que a BAE contribui para mudança de cultura social sobre a percepção de naturalização de crianças e adolescentes fora da escola, e promove a cultura de colaboração na gestão pública de forma geral.

Nesse sentido, para reunir os insumos necessários para concretizar tal TdM, seu desenho se pautou na combinação de três métodos principais:

ANÁLISE DOCUMENTAL



Análise dos documentos e materiais relacionados à estratégia, bem como legislações e normativas pertinentes, para entendimento de seu desenho e objetivos, avanços e pontos de atenção até o momento. Esses documentos foram fornecidos pelo UNICEF à H&P e foram fundamentais no mapeamento das atividades dos diferentes atores envolvidos e na identificação do contexto e do desafio inicial.

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE



Realização de entrevistas com atores envolvidos no planejamento e execução da estratégia BAE, a fim de aprofundar o conhecimento sobre seu contexto e implementação. Foram entrevistados os seguintes atores¹⁵:

- **SEDUC-ES** – 1 participante
- **UNDIME** – 1 participante
- **ASSERTE** – 1 participante
- **SME-Recife** – 2 participantes
- **UNCME** – 1 participante
- **UNICEF** – 6 participantes

¹⁵ Foram convidados para participar deste momento representantes do CONGEMAS, CONASEMS e SME-Parauapebas, porém, não houve retorno até a data da oficina de alinhamento da TdM.

O roteiro de entrevista foi estruturado a partir dos elementos da TdM. Contudo, as etapas e atividades não foram pontos explorados com prioridade durante as entrevistas, dada a explicação detalhada presente em documentos internos da BAE. Já os produtos e entregas resultantes dessas atividades foram pontos importantes abordados nas entrevistas, provocando uma reflexão nos atores sobre o propósito e contribuições de cada conjunto de ações.

OFICINA DE ALINHAMENTO DA TDM

Oficina com todos os atores convidados para as entrevistas para apresentação e discussão de uma primeira versão da TdM, elaborada a partir dos insumos captados nas duas etapas anteriores. Essa oficina contou com a participação dos seguintes atores¹⁶.



- **SEDUC-ES** – 1 participante
- **UNDIME** – 1 participante
- **ASSERTE** – 3 participantes
- **SME-Recife** – 2 participantes
- **UNICEF** – 6 participantes
- **SME – Parauapebas** – 1 participante

Durante o encontro, os participantes refinaram os pressupostos, insumos e resultados de longo prazo e sentiram a necessidade de incluir resultados intermediários e de explicitar os riscos que ameaçam o sucesso da estratégia. Esses pontos foram incorporados à versão final da TdM.

Antes de aprofundar a descrição sobre a TdM construída, faz-se importante ressaltar que sua elaboração partiu do impacto positivo pretendido. A partir dessa visão é que outros elementos foram investigados, como o encadeamento lógico necessário para gerar esse impacto, bem como as necessidades que devem ser atendidas e os percalços que podem representar riscos à execução do projeto e ao alcance dos resultados almejados.

Assim, Teoria da Mudança (TdM) da BAE apresenta:

Pressupostos

Destaca as suposições e condições que precisam estar presentes para que a estratégia funcione.

Público-alvo

Identifica os indivíduos que serão diretamente beneficiados/impactados pela estratégia.

Desafio

Descreve os principais obstáculos ou problemas que a estratégia pretende resolver, considerando o contexto específico que motivou a sua criação.

Insumos

Identifica os recursos necessários para implementar com sucesso as atividades planejadas, incluindo recursos humanos, financeiros, tecnológicos, entre outros.

¹⁶ Após a oficina, o presidente do CONGEMAS fez suas considerações sobre a TdM em entrevista online.

Atividades

Lista as atividades que devem ser realizadas para alcance dos resultados almejados. Elas estão organizadas em 3 eixos: adesão e planejamento; implementação; e monitoramento, avaliação e comunicação. Os eixos não seguem necessariamente uma ordenação temporal, tendo em vista que se espera que as ações de mobilização e *advocacy* ocorram durante todo o processo.

Resultados

Define os resultados esperados a curto, médio e longo prazo. Os resultados iniciais especificam os produtos ou resultados imediatos que serão gerados pelas atividades e que são necessários para que os resultados intermediários e finais ocorram.

Impactos

Descreve as mudanças significativas e duradouras que se espera alcançar após a devida maturação dos resultados intermediários e finais.

Riscos

Identifica os possíveis riscos e desafios que podem surgir durante a implementação da estratégia e que podem ameaçar o sucesso e os impactos pretendidos.

Em resumo, o percurso lógico geral da TdM da BAE parte de três eixos de ação: i) *adesão e planejamento*, ii) *implementação* e iii) *monitoramento, avaliação e comunicação*.

A adesão à estratégia pressupõe a atuação do interesse público na questão de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono. Isso significa não apenas definir uma equipe dedicada a esta finalidade, mas também promover resoluções intersetoriais para os motivos que levam à ausência ou infrequência escolar, considerando que esse fenômeno é multifacetado e exige uma abordagem integrada, que envolva diferentes setores, como saúde, assistência social, educação e segurança, trabalhando em conjunto para identificar e mitigar os fatores que contribuem para essa situação.

Desta forma, espera-se uma atuação engajada do poder público na promoção da intersetorialidade e da cultura de colaboração entre diversas áreas de políticas públicas. Além disso, é fundamental a mobilização e formação dos atores envolvidos para que o serviço público possa atuar de forma coordenada, em regime de colaboração e com foco na garantia do direito à educação. Espera-se que esses esforços, aliados aos do eixo de monitoramento, avaliação e comunicação (como a utilização dos dados da plataforma para compreensão de como a exclusão e o abandono escolar se configuram no território), produzam políticas públicas melhores, baseadas em evidências e aderentes às necessidades reais da população. O envolvimento comunitário e da sociedade em geral, a partir das ações de mobilização, também é essencial para alcançar esse resultado.

A implementação da BAE possui resultados iniciais e intermediários importantes para o sucesso da estratégia, pois espera-se que, ao executar as ações previstas em sua metodologia, seja possível identificar as crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono e

encaminhá-los para as áreas responsáveis por políticas públicas que podem auxiliar na resolução dessa situação. Por exemplo, problemas de saúde podem ser abordados através de encaminhamentos para serviços básicos ou de alta complexidade. Questões que envolvem dificuldades socioeconômicas podem ser tratadas com o encaminhamento para programas de assistência social e transferência de renda. Os fóruns de discussão dos casos, como os comitês gestor e intersetorial, já se apresentam como uma prática de avanço rumo a uma cultura colaborativa e intersetorial na gestão pública. Além disso, a tratativa e acompanhamento dos casos visa garantir as condições para a matrícula. E, ao assegurar o acesso dessas crianças e adolescentes a políticas de cuidado, garantir sua proteção e desenvolvimento integral. Esse processo não apenas colabora para a permanência na escola, mas também oferece um suporte abrangente que pode beneficiar as famílias como um todo.

Outro resultado importante da implementação está relacionado à abordagem familiar durante a investigação dos motivos de ausência ou infrequência escolar. Essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada das causas, promovendo um encaminhamento significativamente mais adequado aos serviços públicos. Além disso, o contato com as famílias serve ao propósito de sensibilizá-las quanto à garantia do direito à educação na vida das crianças e dos adolescentes. A lógica de impacto é que quanto mais as famílias - e a sociedade como um todo - estiverem sensibilizadas sobre a questão, menor será a naturalização das crianças e adolescentes fora da escola. Isso tem o potencial de promover uma sociedade mais engajada, além de contribuir para a permanência das crianças e adolescentes nas escolas a partir do convencimento das famílias quanto à garantia deste direito.

Destaca-se também, como resultado da implementação, o envolvimento das unidades escolares durante o processo de identificação, busca e acolhimento das crianças e adolescentes. O mapeamento e a investigação trazem informações importantes de questões que, em algum momento, precisarão também ser tratadas no ambiente escolar, fazendo da escola um espaço de proteção integral. Trabalhar o ambiente escolar é fundamental para a permanência das crianças e adolescentes na escola. Assim, espera-se que o retorno dos(as) estudantes seja cuidadosamente preparado e que sejam pensadas ações para atender às necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, como a implementação de programas de correção de fluxo de aprendizagem, a oferta de atividades socioeducativas em parceria com outras secretarias e organizações da sociedade civil, a realização de adaptações curriculares para dialogar mais com o interesse e a necessidade de estudantes, a ampliação da jornada escolar, entre outros.

Por fim, na etapa de monitoramento, espera-se que as atividades executadas para o envolvimento de diferentes atores e organizações, a partir do comitê

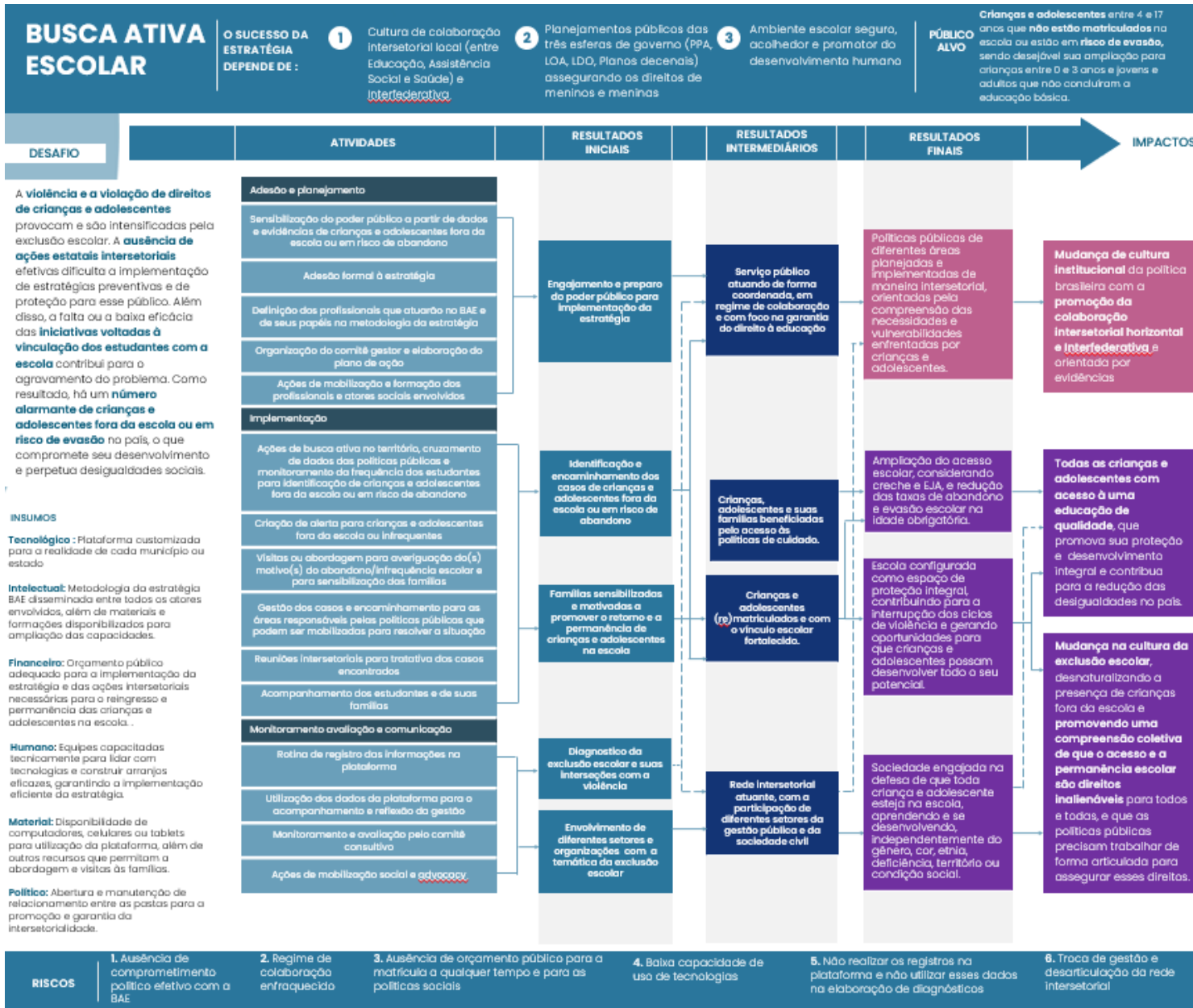
intersetorial e das ações de mobilização e *advocacy*, colaborem para o engajamento social, reforçando a desnaturalização das crianças e adolescentes fora da escola. Esse senso contribui para uma mudança de cultura da educação como direito de todas as crianças e adolescentes.

O mapeamento de riscos e ameaças que podem comprometer o sucesso da estratégia também foi contemplado durante a elaboração da TdM. A ausência de comprometimento político efetivo com a Busca Ativa Escolar (BAE) e um regime de colaboração enfraquecido são preocupações centrais. Sem um compromisso político sólido, as ações necessárias para implementar e sustentar a BAE podem não receber o apoio necessário, incluindo recursos financeiros, humanos e materiais, além do apoio institucional. Além disso, a BAE depende de uma colaboração eficaz entre diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal) e secretarias (Educação, Saúde, Assistência Social, etc.), mas quando essa colaboração é enfraquecida, a coordenação e a articulação entre os diferentes atores se tornam deficientes. Esses fatores podem resultar em iniciativas fragmentadas e descontinuadas, prejudicando a eficácia da estratégia.

A falta de orçamento público para a matrícula a qualquer tempo e para as políticas sociais também podem afetar a BAE, pois sem financiamento adequado, a matrícula e as políticas sociais que apoiam a permanência escolar não podem ser implementadas de forma eficaz. Além disso, a baixa capacidade de uso de tecnologias pelas equipes da BAE e a falha na realização dos registros na plataforma dificultam o monitoramento e a identificação dos estudantes fora da escola. Sem esses registros, é difícil elaborar diagnósticos precisos e desenvolver estratégias eficazes para reintegrar esses estudantes ao sistema educacional.

Além disso, a troca de gestão e a desarticulação da rede intersetorial representam ameaças à sustentabilidade da BAE. A troca de gestão pode levar à descontinuidade das políticas e programas, já que novos(as) gestores(as) podem ter prioridades diferentes ou não dar continuidade às iniciativas anteriores, resultando na perda de investimentos e esforços já realizados. E a desarticulação da rede intersetorial enfraquece a colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, essencial para a identificação, apoio e acompanhamento eficaz das crianças e adolescentes fora da escola ou que retornaram à escola por meio da estratégia. Esses fatores combinados comprometem a capacidade da BAE de alcançar seus objetivos a longo prazo, prejudicando a redução da evasão escolar e a promoção da inclusão educacional.

A seguir, apresenta-se a TdM elaborada a partir do processo descrito nesta seção.



Matriz (framework) de avaliação

A **Matriz Avaliativa** é uma ferramenta de apoio no planejamento e organização da avaliação. Ela define, de maneira clara e objetiva, as questões a serem respondidas, os critérios e indicadores para análise, as fontes de dados e os métodos de coleta, oferecendo uma visão detalhada de como o processo avaliativo será conduzido.

Para avaliar a Estratégia Busca Ativa Escolar, e considerando a lógica desenhada na TdM, a Matriz Avaliativa proposta se baseará em quatro dos seis critérios de avaliação do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE), os quais foram definidos e especificados no Termo de Referência, a saber:

EFETIVIDADE

Refere-se ao grau em que os objetivos da intervenção foram alcançados. Avalia se a intervenção está realmente produzindo os resultados esperados e se está cumprindo suas metas.

RELEVÂNCIA

Examina a pertinência da intervenção em relação às necessidades e prioridades do contexto e do público-alvo. Avalia se a intervenção está alinhada com as demandas locais.

SUSTENTABILIDADE

Avalia a probabilidade de que os benefícios da intervenção continuem após o término do apoio inicial. Considera se os resultados alcançados são duradouros e se a intervenção pode ser mantida a longo prazo.

IMPACTO

Refere-se às mudanças de longo prazo geradas pela intervenção, tanto positivas quanto negativas. Avalia a diferença que a intervenção faz na vida das pessoas e no contexto em que foi implementada.

Considerando os objetivos da avaliação formativa e somativa (avaliar em que medida estados e municípios estão implementando a Busca Ativa Escolar em conformidade com os procedimentos previstos na metodologia, bem como verificar se os objetivos desejados estão sendo alcançados), os principais critérios de avaliação que orientam este estudo são a **relevância** e a **efetividade**. A matriz inclui pontualmente questões relacionadas aos critérios de sustentabilidade e impacto, formuladas com o objetivo de subsidiarem a avaliação da efetividade, uma vez que a pesquisa não pretende abarcar esses critérios de forma aprofundada.

Os temas de interesse e as perguntas avaliativas presentes no Termo de Referência foram refinados e reorganizados com base na Teoria da Mudança

(TdM). Por exemplo, no eixo de “Pressupostos para a implementação da estratégia Busca Ativa Escolar”, um dos temas presentes no Termo era a desnaturalização da cultura de exclusão escolar. Na TdM, esse aspecto deixou de ser um pressuposto e se tornou um impacto de longo prazo. Por outro lado, dois novos pressupostos foram incluídos: planejamentos públicos assegurando o direito à educação e a configuração da escola como um lugar seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano, resultando na adição de questões avaliativas relacionadas a esses aspectos.

Além disso, perguntas envolvendo direitos humanos, equidade e gênero foram formuladas para garantir **um olhar transversal** da avaliação sobre estes princípios norteadores. Dado que o público-alvo da estratégia são crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de abandono, isso garante que aqueles pertencentes a grupos vulneráveis (em termos de gênero, raça/etnia, deficiência etc.) serão abarcados e priorizados no estudo. A temática da violência, embora não possua uma pergunta avaliativa específica, compõe critério de julgamento e indicador de várias perguntas, como pode ser consultado na matriz avaliativa.

Considerando tais pontos, abaixo são apresentadas as questões que a avaliação busca elucidar, segmentadas por critério:



Relevância

- Os motivos da exclusão e do abandono escolar identificados pela estratégia estão em sintonia com as evidências nacionais sobre o tema?
- As prefeituras e os governos dos estados estão sensibilizados e convencidos da importância e relevância da estratégia?



Efetividade

- As equipes locais estão atuando em regime de colaboração e de forma intersetorial com a integração das secretarias de saúde, educação e assistência social em benefício da estratégia?
- A estratégia Busca Ativa Escolar está contribuindo para que a gestão pública (municipal ou estadual) consiga trabalhar de maneira intersetorial?
- A colaboração intersetorial das equipes contribui para endereçar os fatores que levam à exclusão ou ao abandono escolar, bem como para a matrícula e permanência das crianças e adolescentes que estão fora da escola?
- Existem ações de colaboração interfederativa para garantir o acesso à escola por todas as crianças e adolescentes?
- Os planejamentos públicos asseguram os direitos de crianças e adolescentes?
- As equipes foram devidamente constituídas e desenvolveram as capacidades necessárias para implementar a estratégia da Busca Ativa Escolar?
- Em que medida as equipes locais estão engajadas e mobilizadas nos processos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência das crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandoná-la?
- O apoio oferecido pela Gestão Nacional contribui para a implementação da Busca Ativa Escolar?

- Em que medida as ações da Busca Ativa Escolar têm sensibilizado e motivado as famílias a promoverem o retorno e a permanência de crianças e adolescentes na escola?
- Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para o seu acesso e permanência na escola?
- De que forma o Selo UNICEF e seus incentivos contribuem para que a Busca Ativa Escolar alcance resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?
- O município/estado utiliza os dados disponíveis na plataforma da Busca Ativa Escolar para analisar o cenário da exclusão e abandono escolar, auxiliar na matrícula e encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços públicos, e desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes?



Sustentabilidade

- Os objetivos da estratégia estão refletidos nos planejamentos públicos?
- As prefeituras e os governos dos estados desenvolvem ações concretas e contínuas para o sucesso da estratégia?
- Em que medida as capacidades locais permanecem ativas em momentos críticos?



Impacto

- A Busca Ativa Escolar impactou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio?
- Como as políticas públicas de diferentes áreas foram impactadas pela estratégia?



Direitos humanos, equidade e gênero ¹⁷

- Os mecanismos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência foram implementadas de forma abrangente e eficaz no território, alcançando crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?
- O Comitê Gestor tem sido uma instância eficaz para garantir a intersetorialidade e a gestão dos casos, sobretudo visando a garantia de direitos para as crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?
- O Comitê Intersetorial funciona de maneira eficaz e colaborativa, promovendo o diálogo intersetorial e o endereçamento das ações necessárias para alcançar os objetivos da estratégia, sobretudo para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?
- Os estados e municípios promovem um ambiente escolar acolhedor, seguro e promotor do desenvolvimento humano?
- Em que medida a estratégia conseguiu identificar e atender adequadamente grupos mais vulneráveis (considerando marcadores de gênero, raça/cor, etnia, deficiência)?
- A Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes?

A versão completa da matriz avaliativa pode ser encontrada no Anexo deste relatório. Essa matriz é composta por um quadro que resume os detalhes da avaliação, e inclui as perguntas avaliativas, os critérios de julgamento (referência utilizada para avaliar e medir se os objetivos e metas estão sendo

¹⁷ As perguntas do eixo de Direitos humanos, equidade e gênero também abordam a efetividade, mas foram destacadas para dar visibilidade a esse princípio norteador da avaliação.

alcançados), os indicadores utilizados para análise¹⁸, e as fontes de informação/coleta desses indicadores. Sempre que possível e pertinente, **os indicadores trazem a informação segmentada por faixa etária/etapa de ensino ou com ênfase nas populações/grupos sociais mais vulneráveis**, a fim de dar visibilidade às suas diferenças e necessidades específicas.

Metodologia

Para alcançar os objetivos da avaliação formativa e somativa da estratégia Busca Ativa Escolar, a H&P propõe uma metodologia pautada em três abordagens avaliativas:



Abordagem baseada na teoria

Através do uso da Teoria da Mudança, elaborada no âmbito desta avaliação, para orientar as perguntas avaliativas e, conseqüentemente, os instrumentos e materiais para coleta de dados que responderão às perguntas definidas. Isso garante que a avaliação seja estruturada e focada nos objetivos e resultados esperados, proporcionando uma base sólida para a análise e interpretação dos dados.

Abordagem participativa

Visa garantir o envolvimento ativo dos atores da estratégia para que as perspectivas e experiências de todos os participantes sejam consideradas, o que aumenta a relevância e a assertividade do desenho avaliativo e dos resultados alcançados. Essa abordagem foi utilizada mais especificamente para a construção da TdM, a qual incluiu, em sua formulação, entrevistas e oficina com atores locais envolvidos na implementação da Busca Ativa Escolar, além do UNICEF, da Undime, da Uncme e do Congemas. Isso permitiu que a percepção deles sobre a estratégia fosse incluída nesta etapa crucial para o desenho avaliativo. Essa abordagem também será utilizada na etapa de disseminação dos resultados e nas oficinas de apresentação dos resultados, que envolverão os públicos interessados¹⁹ e contarão com momentos para discussão e validação dos resultados por parte desses públicos.

Abordagem de métodos mistos

Combina estratégias de pesquisa quantitativa e qualitativa, com o uso de técnicas de coleta de dados como *survey* amostral online, entrevistas em profundidade, análise documental e de dados secundários e administrativos. **Utilizar uma abordagem de métodos mistos é vantajoso porque combina as forças das pesquisas quantitativas (uma visão geral e generalizável) e qualitativas (uma compreensão do "como" e "porquê")**. Essa complementaridade permite uma compreensão mais contextualizada, abrangente e detalhada do fenômeno estudado (pois incorpora múltiplas perspectivas e dados) e aumenta a validade dos resultados (pois permite a verificação cruzada das informações obtidas).

¹⁸ Vale ressaltar que alguns indicadores estão disponíveis apenas para os estados, uma vez que a coleta de dados junto a esses atores ocorreu após a finalização da matriz avaliativa, permitindo a incorporação das novas questões nos roteiros de entrevistas e questionários. No caso dos municípios, a coleta de dados foi iniciada antes da elaboração dos indicadores, pois o risco de não obter as informações necessárias para a avaliação, devido à troca de gestão municipal, superava os benefícios de aguardar a finalização da matriz. Essa decisão foi tomada em conjunto com a equipe do UNICEF, considerando que a avaliação iniciou apenas em meados de outubro e a coleta precisava ocorrer ainda em dezembro.

¹⁹ Os públicos interessados serão definidos em conjunto com a equipe gestora da avaliação.

A combinação dessas abordagens permite produzir **evidências robustas**, vis-à-vis as particularidades da Estratégia Busca Ativa Escolar, marcada por período de vigência longo, pela diversidade de ações, pela grande quantidade de atores envolvidos e pela diversidade de critérios e perguntas avaliativas.

Destaca-se que, durante toda a avaliação, questões relativas a direitos humanos, gênero, raça e outras desigualdades que perpassam o contexto das crianças e jovens em situação de exclusão escolar são consideradas no desenho, execução e análise. Por exemplo, artigos e outros estudos sobre a temática foram utilizados para aprofundar o conhecimento da equipe de avaliação sobre essas questões e fundamentar os caminhos traçados²⁰. Essa perspectiva também é considerada na elaboração dos roteiros²¹ e da matriz avaliativa²², de modo a coletar evidências das barreiras de gênero, raça e outras questões, bem como da existência de ações – intencionais ou não – para mitigá-las no âmbito da estratégia. Também na análise de dados serão trazidos esses pontos para complementar o entendimento e conclusões da avaliação²³.

A seguir, descreve-se, com mais detalhes, os procedimentos metodológicos adotados para a avaliação.

Métodos

Conforme apresentado, a avaliação utilizará diferentes técnicas/métodos para levantar as informações necessárias. A seguir, especificam-se quais são e suas características:

Survey:

Questionários *online* e autoaplicados envolvendo:



- **Secretários(as) municipais e estaduais de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como gestores(as) políticos(as) da BAE**, dos estados e municípios signatários;
- **Membros do comitê gestor da BAE dos estados e municípios (coordenadores/as operacionais e supervisores/as institucionais).**

Esta abordagem foi adotada para otimizar tempo e recursos, considerando a grande extensão e dispersão geográfica da Busca Ativa Escolar, bem como a multiplicidade de atores envolvidos. O uso do *survey* permite uma abrangência maior da pesquisa, garantindo a inclusão de uma amostra representativa, que não seria financeiramente e temporalmente viável através de outro método. Dessa maneira, será

²⁰ Por exemplo, os estudos citados na seção de Contexto.

²¹ Por exemplo, no roteiro das famílias, foram criadas questões específicas para verificar como os papéis de gênero perpetuam desigualdades, tanto em relação aos cuidados com as crianças e adolescentes alcançadas pelo programa quanto em relação às suas trajetórias escolares.

²² Por exemplo, nos critérios e perguntas avaliativas.

²³ A forma como isso ocorrerá está mais bem descrita no item "Análise das Informações" desta seção.

possível captar uma pluralidade de perspectivas sobre a BAE. Além disso, **a maioria dos indicadores quantitativos presentes na matriz avaliativa serão calculados a partir desses dados**. Assim, a opção por esses atores está associada a esses indicadores, sendo eles informantes qualificados sobre a adesão, a implementação, o trabalho intersetorial, o uso da plataforma e dos dados, bem como dos resultados. Eles possuem uma visão abrangente e detalhada das operações e estratégias implementadas, permitindo a obtenção de insights valiosos e precisos sobre esses aspectos. Os questionários foram desenvolvidos pela H&P²⁴ na plataforma *Decisio*²⁵ e a mobilização realizada por UNICEF e Undime.

Dados secundários:



Dados secundários extraídos de fontes como **PNAD Contínua (IBGE)**, **Censo Demográfico (IBGE)** e **Censo Escolar (INEP)** permitirão complementar os dados coletados e compreender melhor a situação de frequência, evasão e abandono escolar por estado e município.

Dados administrativos:



Dados já existentes no âmbito da estratégia, disponibilizados pelo UNICEF, para compreender o perfil dos(as) beneficiários(as), os motivos da exclusão/abandono escolar e os resultados alcançados pela BAE em termos de alcance, matrícula e acompanhamento dos casos.

Análise documental



Análise de documentos de interesse relacionados à Estratégia, tais como manuais, guias, planos de trabalho e relatórios de avaliações anteriores. Os documentos são cruciais para a compreensão aprofundada do contexto em que a Busca Ativa Escolar se insere, bem como atores envolvidos, resultados, desafios, aspectos históricos, metodológicos e conceituais. Especificamente, no caso da **avaliação formativa realizada anteriormente**, seus dados e análises serão utilizadas como **linha de base** para comparação com alguns indicadores atuais sobre a implementação, o apoio da Gestão Nacional da BAE e a percepção de impacto. Para isso, os formulários do *survey* replicarão algumas questões utilizadas na avaliação anterior.

Entrevistas em profundidade



Conversas com públicos de interesse, guiadas por um roteiro de perguntas semiestruturado²⁶. As entrevistas individuais em profundidade permitem o aprofundamento de opiniões, percepções e processos, que ajudam a triangular e compreender determinados achados do *survey*,

²⁴ Os questionários podem ser consultados aqui: [Survey com Estados](#) e [Survey com Municípios](#).

²⁵ O *Decisio* é uma plataforma customizável, que permite a criação de questionários acessíveis tanto online quanto offline, com todas as ramificações temáticas necessárias, que são acionadas a partir de regras de dependência entre as perguntas e itens. Um dos diferenciais mais relevantes dessa plataforma diz respeito às regras de dependência poderem ser aplicadas conjuntamente, incluindo condicionalidades ligadas a diferentes alternativas de questões, a partir de diversos operadores lógicos, o que confere grande autonomia à construção dos questionários. Além disso, a plataforma já está desenvolvida e integrada a um aplicativo oficial da loja Play Store e garante a consistência dos dados e o atendimento integral à LGPD.

²⁶ Os roteiros de entrevistas podem ser consultados aqui: [Roteiros \(Estados\)](#) e [Roteiros \(Municípios\)](#).

além disso, compõem **indicadores qualitativos da matriz avaliativa**. As **entrevistas serão realizadas com Secretários(as); Gestores(as) Políticos(as); Coordenadores(as) Operacionais; Supervisores(as) Institucionais; Técnicos(as) Verificadores e Agentes comunitários(as) de estados e municípios do Norte e Nordeste, bem como com famílias (cuidadores) dos(as) beneficiários(as)** nessas localidades.

Ressalta-se que esses métodos serão usados de maneira conjunta e complementar, ou seja, as informações captadas em cada um deles serão trianguladas e analisadas simultaneamente para se ter uma visão mais completa das dimensões analisadas. A combinação dos diferentes métodos e fontes de dados é útil para reduzir vieses e para reforçar a validade dos resultados, uma vez que permitem integrar as diferentes percepções dos diversos atores envolvidos.

No caso desta avaliação, a análise quantitativa trará uma perspectiva mais ampla, por ser desenhada para abarcar todos os municípios e estados que implementam a BAE, enquanto os dados qualitativos aprofundarão em temas de interesse, compreendendo questões mais específicas sobre a implementação e execução nos locais selecionados, as quais não são possíveis de abordar no survey por sua lógica. Juntos, os dois métodos se complementarão ao permitir que os achados mais gerais do survey sejam compreendidos com explicações trazidas nas entrevistas, aprofundando os motivos, trazendo exemplos ilustrativos e clarificando pontos de atenção. As questões foram elaboradas para permitir essa complementação.

Além disso, as informações advindas de ambos os métodos serão analisadas em face da revisão bibliográfica de outros estudos já realizados, ajudando a compreender e contextualizar os achados. Da mesma forma, os dados secundários e administrativos apoiarão no entendimento do fenômeno da exclusão escolar, possibilitando ver o alcance das ações da BAE descritas pelos demais dados.


Na matriz avaliativa, presente no Anexo deste relatório, é possível ver como cada método será utilizado para responder as perguntas avaliativas, incluindo a interface entre eles (uma mesma pergunta pode ser respondida pela triangulação de mais de um método, conforme explicado anteriormente), os indicadores que mensuram cada pergunta avaliativa e a fonte dos dados para sua estimação.

Amostra

Survey

Para o **survey**, foram calculadas amostras representativas considerando diferentes abrangências territoriais²⁷. Destaca-se que, como a unidade de análise será a territorial, os quantitativos apresentados referem-se ao número de municípios/estados que devem responder a pesquisa. Como o *survey* contempla duas fontes de informação (secretários(as)/gestores(as) políticos(as) e coordenadores(as) operacionais/supervisores(as) institucionais), é necessário que se chegue a esse número de respostas em cada um dos públicos respondentes.

Assim, as amostras foram definidas conforme os seguintes níveis geográficos:

	Nível geográfico	Definição da amostra
Brasil		<ul style="list-style-type: none"> Amostra representativa para o Brasil, estratificada por região. Amostra representativa por porte de município (metrópoles, grandes, médios e pequenos municípios), estratificada por região (Norte, Nordeste e Demais regiões).
Regiões		<ul style="list-style-type: none"> Amostra representativa para cada uma das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), estratificada por estado.
Estados		<ul style="list-style-type: none"> Amostra representativa para cada estado.

Para o cálculo do tamanho da amostra, adotou-se um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5% sobre o universo de municípios participantes da BAE. A fórmula utilizada para o cálculo amostral é a seguinte:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \frac{p(1-p)}{e^2}}{\left(1 + \frac{Z_{\alpha/2}^2 \frac{p(1-p)}{e^2}}{N}\right)}$$

Onde:

N: Total populacional

p: Variabilidade populacional (Em razão da variabilidade populacional ser desconhecida, utiliza-se a variabilidade máxima – 0,50)

e: Margem de erro amostral

α: Nível de significância

Z_{α/2}²: Valor da tabela normal padrão (1,96)

²⁷ O universo considerado corresponde a todos os estados e municípios que aderiram e implementaram a BAE no último ciclo, conforme lista disponibilizada pelo UNICEF.

As tabelas abaixo apresentam **o número de municípios amostrados em cada abrangência territorial** e sua representatividade.

Quadro 7. Amostra Representativa para Brasil e estratificada por regiões

	Região	Contagem de municípios	Amostra
Brasil	Centro Oeste	276	28
	Nordeste	1.712	170
	Norte	427	43
	Sudeste	725	72
	Sul	336	33
	Total	3.476	346

Quadro 8. Amostra representativa por porte do município e estratificada por regiões (Norte, Nordeste e Demais)

Porte do município	Contagem de municípios	Amostra por porte do município	Região	Contagem de municípios por região	Amostra por porte estratificada por região
Pequeno I	2.263	329	Demais regiões	866	126
			Nordeste	1.140	166
			Norte	257	37
			Total	2.263	329
Pequeno II	761	256	Demais regiões	259	87
			Nordeste	400	135
			Norte	102	34
			Total	761	256
Médio	241	149	Demais regiões	89	55
			Nordeste	108	67
			Norte	44	27
			Total	241	149
Grande	202	133	Demais regiões	119	78
			Nordeste	60	40
			Norte	23	15
			Total	202	133
Metrópole	9	9	Demais regiões	4	4
			Nordeste	4	4
			Norte	1	1
			Total	9	9

Quadro 9. Amostra representativa para região e estratificada pelos estados

Região	UF	Contagem de municípios	Amostra
Centro-Oeste	DF	1	1
	GO	82	48
	MS	52	30
	MT	141	82
	Total	276	161
Nordeste	AL	100	18
	BA	390	71
	PE	167	31
	CE	182	33
	MA	217	40
	PB	212	39
	PI	202	37
	RN	167	31
	SE	75	14
Total	1712	314	
Norte	AC	22	10
	AM	60	29
	AP	16	8
	PA	129	61
	RO	52	25
	RR	15	7
	TO	133	63
Total	427	203	
Sudeste	ES	78	27
	MG	440	153
	RJ	60	21
	SP	147	51
Total	725	252	
Sul	PR	65	35
	RS	159	85
	SC	112	60
Total	336	180	

Quadro 10. Amostra representativa para cada estado

Estado	Contagem de Município	Amostra
AC	22	21
AL	100	80
AM	60	52
AP	16	16
BA	390	194
CE	182	124
DF	1	1
MG	440	206

Estado	Contagem de Município	Amostra
ES	78	65
GO	82	68
MA	217	139
MS	52	46
MT	141	104
PA	129	97
PB	212	137
PE	167	117
PI	202	133
PR	65	56
RJ	60	52
RN	167	117
RO	52	46
RR	15	15
RS	159	113
SC	112	87
SE	75	63
SP	147	107
TO	133	99

Já o quadro abaixo apresenta a amostra para o *survey* com gestores(as) estaduais e equipes locais dos estados signatários:

Quadro 11. Amostra representativa dos estados signatários

	Contagem de estados	Amostra
Brasil	21	20

As amostras foram calculadas considerando os recortes delimitados no termo de referência. No entanto, após a aplicação da rodada de pesquisa quantitativa com os municípios, realizada em dezembro de 2024 e janeiro de 2025, foi necessário **repensar os recortes amostrais para análise, diante do retorno das respostas dos coordenadores(as)/supervisores(as) e secretários(as)/gestores(as) municipais**. Nesse sentido, ficou definido, em comum acordo com a equipe gestora da avaliação, que seriam adotados os seguintes parâmetros para análise:

- Amostra representativa para o Brasil, estratificada pelas regiões, permitindo análise para o contexto brasileiro como um todo;
- Amostras representativas para as regiões Norte e Nordeste (estratificadas por estado), permitindo análises específicas para cada uma dessas regiões;
- Amostra representativa para o estado do Espírito Santo.

A utilização de uma amostra nacional estratificada por região permite captar a **heterogeneidade das diferentes partes do país**, garantindo que cada

unidade geográfica tenha representatividade suficiente para análises comparativas.

Já a inclusão de amostras específicas para as regiões Norte e Nordeste, estratificadas por estado, responde à grande adesão dos municípios e estados dessas regiões à BAE, possibilitando uma análise mais detalhada sobre o funcionamento da estratégia nesses locais. Além disso, por serem regiões marcadas por fortes desigualdades em diversos aspectos, sua análise torna-se ainda mais relevante, preservando as diferenças regionais e permitindo uma melhor compreensão dos desafios e resultados nessas **regiões com maior alcance da estratégia**, que também se configuram como locais onde o UNICEF concentrou esforços e trabalho para atuar devido ao grande número de crianças e adolescentes vulneráveis nessas áreas.

A definição de uma amostra representativa para o Espírito Santo responde à necessidade de um recorte específico para avaliar a implementação nos municípios em um território que conta com **um forte engajamento na estratégia e aplicação bem-sucedida no estado**.

Por outro lado, destaca-se que **não foi possível alcançar a amostra para alguns recortes territoriais**. Mesmo com a ampla mobilização realizada por UNICEF e Undime, não se obteve respostas suficientes para formar uma amostra representativa por porte do município, uma vez que houve baixo retorno de municípios de médio e grande porte. Soma-se, ainda, o fato dos estados do Sul e Sudeste apresentarem baixo engajamento na pesquisa, totalizando um número muito baixo de respostas nos municípios dessas regiões²⁸.

Por fim, como as amostras referem-se a unidades territoriais, não foram calculadas amostras que considerem critérios de gênero, equidade ou outras desigualdades dos respondentes, por não se ter controle de qual representante dos públicos selecionados responderá.

Entrevistas em profundidade

A amostra para aplicação da **pesquisa qualitativa** foi definida em comum acordo com a equipe do UNICEF, seguindo o quantitativo indicado no Termo de Referência. Os quatro **estados** onde a pesquisa foi realizada foram indicados

²⁸ É importante ressaltar que, quando se trabalha com populações pequenas, é necessário um número relativamente maior de observações, ou seja, uma proporção significativa da população precisa ser incluída na amostra. Isso ocorre porque, em populações reduzidas, a variabilidade dos dados pode ser maior, e uma amostra pequena pode não representar adequadamente todas as características do grupo. Dessa forma, optar por amostras que dividem a população em grupos pequenos exige uma maior participação dos indivíduos na pesquisa, pois a exclusão de um pequeno número de respondentes pode impactar significativamente os resultados. Quanto menor a população, maior a influência de cada unidade amostral na estimativa final, tornando essencial garantir uma amostragem ampla para manter a representatividade e a precisão estatística.

pelo Unicef, considerando o modelo de implementação (Selo UNICEF e implementação induzida pelo estado). Nesses estados, o Unicef apontou entre 5 e 7 municípios para serem selecionados para visita, levando em conta critérios de localização (centros urbanos e interior), adesão ou não ao Selo UNICEF e avaliação da implementação da BAE (se é considerada boa ou ruim, segundo avaliação do próprio UNICEF).

Foram selecionados quatro **municípios** a serem visitados em cada estado, totalizando 16 municípios. Para seleção considerou-se os 2 municípios indicados como prioridade de visita pelo Unicef e outros dois segundo a avaliação e adesão ao Selo Unicef, buscando, sempre que possível, um balanceamento de municípios com avaliação boa e ruim e adesão ou não ao Selo para permitir ouvir maior multiplicidade de cenários e, assim, levantar informações mais fidedignas aos diversos contextos.

Todos os estados e municípios indicados pertencem à região Norte e Nordeste, por motivos semelhantes aos do survey: grande adesão e alcance da Estratégia e concentração de esforços e trabalho do Unicef para atuar, devido ao grande número de crianças e adolescentes vulneráveis nessas áreas.

O Quadro 12 apresenta os estados e municípios selecionados para a pesquisa qualitativa, segundo os critérios de seleção.

Quadro 12. Estados e municípios selecionados para pesquisa qualitativa

REGIÃO	UF	MUNICÍPIOS	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO	SELO UNICEF
Nordeste	Alagoas	Coqueiro Seco	Ruim	Não
		Marechal Deodoro	Boa	Não
		Messias	Boa	Sim
		Penedo	Boa	Sim
	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	Ruim	Não
		Olinda	Ruim	Não
		Petrolina	Boa	Sim
		Recife	Boa	Não
Norte	Rondônia	Candeias do Jamari	Boa	Sim
		Ji-Paraná	Boa	Sim
		Machadinho d'Oeste	Boa	Não
		Porto Velho	Ruim	Não
	Tocantins	Palmas	Ruim	Não
		Araguaína	Boa	Sim
		Praia Norte	Ruim	Sim
		São Sebastião do Tocantins	Boa	Sim

As entrevistas em profundidade contemplarão os(as) **gestores(as) municipais e estaduais e todos os perfis da metodologia da BAE** (desde o comitê gestor

até o grupo de campo): gestores(as) políticos(as), coordenadores(as) operacionais, supervisores(as) institucionais, técnicos(as) verificadores e agentes comunitários(as) das equipes da BAE dos estados e municípios selecionados. Nos estados e em alguns municípios, técnicos(as) e agentes comunitários(as) estão lotados nas escolas (são diretores/as e coordenadores/as pedagógicos), de modo que esses atores do nível da escola serão entrevistados.

Esses atores foram escolhidos por sua centralidade no desenvolvimento da Busca Ativa Escolar; cada um deles é responsável por uma etapa da estratégia, sendo necessário ouvi-los para compreender a lógica de implementação da BAE naquele local.

No caso da coleta com os estados, as entrevistas ocorrerão com os representantes das UFs em que as visitas municipais forem realizadas, incluindo também o Espírito Santo.

Destaca-se que a indicação dos supervisores, técnicos e agentes que seriam entrevistados ficou à cargo do(a) coordenador(a) operacional.

Além dos atores diretamente envolvidos na implementação da BAE, também foram realizadas entrevistas em profundidade com **pais, mães e/ou cuidadores de crianças e adolescentes alcançados pela Estratégia**, durante as visitas aos municípios. O objetivo foi compreender como a iniciativa tem contribuído para a matrícula e a permanência de crianças e adolescentes, dando voz àqueles(as) que passaram pela situação de exclusão escolar e entendendo como a estratégia atuou junto a eles(as). Ressalta-se que a indicação e o agendamento das entrevistas ficaram a cargo das equipes locais da Busca Ativa Escolar (BAE). Desse modo, em alguns municípios, as equipes não conseguiram agendar as entrevistas no período disponível, ou as famílias não puderam/quiseram receber os entrevistadores, de modo que não houve uma quantidade pré-determinada de entrevistas a serem realizadas e nem todos os municípios possuem informações de famílias.

Aplicação das pesquisas

A realização da pesquisa aconteceu em dois momentos distintos; primeiramente com municípios e, depois, com estados. A aplicação ocorreu concomitante à elaboração deste relatório.

As entrevistas com **atores municipais e famílias** beneficiadas pelas ações da Busca Ativa ocorreram no mês de dezembro de 2024. Essa data foi estabelecida em decorrência das eleições para cargos municipais, realizadas em outubro de 2024, tornando imprescindível que a coleta de dados ocorresse antes da troca de gestão municipal para contemplar atores que estiveram à frente da BAE nos últimos anos. A maior parte das entrevistas foi realizada

presencialmente nas visitas da equipe de pesquisa e, em dois municípios que não conseguiram agendar com os atores na data prevista, elas foram realizadas remotamente.

O survey foi todo realizado de maneira remota, com autoaplicação. O link do questionário foi compartilhado com todos os atores participantes, contando com intensa mobilização para resposta por parte do Unicef e da Undime. Devido ao período em que foi realizado (final de ano e troca de gestão), essa pesquisa se iniciou no mês de dezembro e se estendeu até janeiro.

Já a coleta com os **atores estaduais** ocorrerá nos meses de fevereiro e março de 2025. Com esses atores, tanto o survey como as entrevistas acontecerão de maneira remota. As entrevistas serão agendadas conforme disponibilidade dos participantes e será feita por videochamada. O survey seguirá o mesmo procedimento adotado para os municípios, com disponibilização do link para autorresposta.

Análise das informações

Para a análise das informações, todos os **dados quantitativos e qualitativos coletados serão sistematizados e submetidos a um processo de verificação** para assegurar sua consistência e qualidade. Este processo incluirá o tratamento da base de dados do *survey*, além da sistematização das entrevistas e análise das informações qualitativas.

Para a **análise quantitativa** (*survey*), será realizada, primeiramente, uma **pós-estratificação amostral**, com o objetivo de ajustar os pesos e garantir que a proporcionalidade dos estratos na população seja mantida na amostra, considerando todas as amostras estimadas conforme descrito na seção *Amostra*. Esse método é fundamental para assegurar a representatividade de todos os grupos de interesse e evitar vieses de sub-representação ou super-representação.

Após esse primeiro passo, a **avaliação da efetividade da Estratégia e o atendimento dos objetivos** será desenvolvida tanto de forma objetiva, por meio da estimação de modelos estatísticos, como estudados também por uma abordagem compreensiva, a partir da análise dos dados das entrevistas em profundidade. A utilização de um modelo misto permitirá à avaliação ter amplitude horizontal – ou seja, busca de generalização, validade externa – quanto vertical, isto é, compreensão aprofundada dos processos e motivações que ajudam a entender as relações estatísticas entre variáveis analisadas quantitativamente.

A análise quantitativa será realizada a partir de demonstrações estatísticas descritivas e de modelos de regressão multivariada. As descrições de variáveis

qualitativas serão feitas a partir de **distribuições de frequência (absoluta e relativa)**, ao passo que as variáveis quantitativas serão descritas através de **medidas de tendência central e medidas de variabilidade**.

As **Análises de Regressão Multivariada** serão lineares (Mínimos Quadrados Ordinários - MQO) e utilizadas para medir a contribuição da BAE ao acesso e permanência de crianças e adolescentes à escola. Mais especificamente, a análise buscará responder: “Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para o seu acesso e permanência na escola. A principal variável de teste será a interação entre o tempo de adesão à estratégia e variáveis contextuais, como a taxa de abandono e a de frequência escolar no momento da adesão à estratégia. Ou seja, espera-se que, com o passar do tempo, a implementação da BAE gere impactos cumulativos e melhorias na operação da estratégia (curva de aprendizado), potencializando os resultados obtidos. No entanto, esses resultados podem ser influenciados pelo contexto inicial, por isso a importância de partir do cenário da exclusão/abandono escolar no município antes da implementação. Assim, o **modelo proposto** terá a seguinte estrutura formal:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_{interativo1}(TA_i \times ABANDONO_i) + \beta_{interativo2}(TA_i \times FREQUENCIA_i) + \sum \beta_{2-k}(CONTROLESi) + \epsilon_i$$

Onde:

Y é a variável de desfecho.

TA é o tempo de adesão à estratégia.

As **variáveis de teste** serão:

- $TA_i \times ABANDONO_i$: Termo interativo calculado multiplicando o tempo de adesão à BAE pela taxa de abandono escolar no momento da adesão.
- $TA_i \times FREQUENCIA_i$: Termo interativo calculado multiplicando o tempo de adesão à BAE pela taxa de frequência escolar no momento da adesão.

As **variáveis de desfecho** serão:

- Taxa de matrícula da estratégia BAE: Percentual de crianças e adolescentes identificados pela BAE que foram matriculados (por etapa de ensino);
- Taxa de permanência dos estudantes acompanhados pela estratégia BAE: Percentual de crianças e adolescentes matriculados que permaneceram na escola durante o período de acompanhamento da estratégia (por etapa de ensino).

As **variáveis de controle** serão:

- Log da receita municipal líquida;
- Log do PIB per capita;

- Log do tamanho da população;
- Índice de uso da plataforma da Busca Ativa Escolar;
- Região do país;
- Espírito Santo (esta variável também terá caráter explicativo);
- Adesão ao Selo UNICEF (esta variável também terá caráter explicativo);
- Gênero da criança/adolescente (esta variável também terá caráter explicativo);
- Raça/Cor da criança/adolescente (esta variável também terá caráter explicativo);
- Idade da criança/adolescente (esta variável também terá caráter explicativo).

As variáveis de controle com caráter explicativo são aquelas que, além de serem usadas para isolar ou controlar o efeito de fatores externos, também têm um impacto direto na variável de desfecho. Ou seja, essas variáveis são utilizadas para evitar viés (separar o efeito específico da variável de teste), mas também entram no modelo como fatores que explicam o fenômeno, contribuindo para entender a relação de forma mais completa. Nesse caso, as variáveis de controle se referem aos modelos de implementação (Selo UNICEF e implementação induzida pelo estado) e a características sociodemográficas das crianças e adolescentes (gênero, raça/cor e idade).

Os dados para as análises quantitativas virão tanto dos questionários quanto de dados secundários (IBGE e INEP) e administrativos (da própria Estratégia).

Por outro lado, nas situações em que não foi possível obter amostras representativas – como no caso das amostras estaduais ou por porte do município, de modo geral – serão utilizadas estratégias analíticas alternativas. Mais especificamente, serão utilizados testes de diferença entre médias (ANOVA e/ou outros) ou proporções (como o qui-quadrado) para identificar se há diferenças estatisticamente significantes entre estados ou outros agrupamentos.

Visto que testes de diferença – no caso de análises paramétricas – se baseiam em erros padrões de diferenças, que consideram os erros padrões de todas as categorias incluídas nas análises, tornam-se mais viáveis análises de dados que contenham observações de grupos ou categorias que não tiveram amostras totalmente representativas, pois amostras menores são compensadas pelo maior número de observações de amostras maiores. Ou seja, embora não seja possível fazer estimações específicas – com margem de erro e nível de confiabilidade aceitáveis – para amostras consideradas não representativas, é possível, sim, utilizar essas amostras em testes de diferenças.

Já a análise das **informações qualitativas** se dará pela técnica de **análise de conteúdo**. Espera-se que os dados qualitativos sejam capazes de responder às perguntas avaliativas, além de trazer exemplos sobre a realidade da implementação, qualidade das entregas e alcance dos resultados. Os dados qualitativos também carregam as percepções de stakeholders sobre os

resultados e as mudanças decorrentes da estratégia, o que pode ser extremamente valioso para captar questões que fogem do quadro desenhado na TdM.

Além disso, também será empregada a técnica de **triangulação das informações**, de modo que as análises qualitativas e quantitativas serão organizadas e analisadas em face uma da outra, proporcionando uma compreensão mais completa e precisa dos resultados da avaliação. A triangulação de dados é uma abordagem essencial na pesquisa avaliativa, pois valida as descobertas e minimiza o viés, produzindo resultados mais precisos e confiáveis.

Durante todo o processo de análise de dados, os **direitos humanos, questões de gênero e outros marcadores** serão abordados de forma transversal em todo o processo de avaliação, a fim de lançar luz sobre as desigualdades e as violências contra crianças e adolescentes, bem como de suas interseções com a exclusão escolar, de maneira fluida em todos os relatórios, e não em apenas uma seção específica. Os achados serão debatidos à luz da literatura sobre o tema. A formação das equipes de avaliadores e de pesquisadores(as) de campo também foi sensível às questões de gênero, raça e etnia, buscando garantir a equidade na constituição desses grupos, o que traz multiplicidade de olhares e inclusão desses pontos nos dados coletados e nas análises.

Considerações éticas

Durante todo o processo avaliativo, a equipe da H&P prezarão pelas questões éticas e de direitos humanos na condução da avaliação²⁹. Em primeiro lugar, serão seguidos as normas e padrões de avaliação das Nações Unidas e do UNICEF, sendo realizada de forma objetiva, imparcial, aberta e participativa, orientada pelos princípios éticos de respeito, justiça, integridade e responsabilidade.

Além disso, todas as partes interessadas serão ouvidas, considerando o respeito pela dignidade e diversidade dos indivíduos entrevistados, incluindo a diversidade de cor/raça, etnia, gênero e as pessoas com deficiência. Isso será levado em consideração tanto para escolha dos públicos participantes,

²⁹ Em comum acordo com a equipe do UNICEF, optou-se por não entrevistar as crianças e adolescentes alcançados pela estratégia devido ao tempo disponível para início da coleta de dados, que deveria ocorrer antes da mudança da gestão municipal. Por questões éticas, a abordagem junto a grupos vulneráveis precisa passar pelo comitê de ética, o que inviabilizaria o início da coleta ainda em dezembro de 2024. Para os demais públicos, a Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, dispensa a submissão ao sistema CEP/CONEP em alguns casos, como de pesquisa de opinião pública com participantes não identificados. Isso não significa que cuidados éticos não serão tomados. Pelo contrário, todas as medidas necessárias para garantir a proteção e o bem-estar dos participantes serão rigorosamente seguidas. Isso inclui a obtenção de consentimento livre e esclarecido, a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados coletados, e a realização das atividades em ambientes seguros e confortáveis. Além disso, a equipe de pesquisa estará atenta a qualquer questão ética que possa surgir durante o processo, assegurando que os direitos e a dignidade dos participantes sejam sempre respeitados.

buscando-se equilibrar a representatividade dos grupos nas entrevistas³⁰, como também da equipe de pesquisa, buscando-se selecionar pesquisadores(as) de gêneros e raças variadas, o que propiciará maior identificação entre as partes.

As entrevistas serão realizadas somente com aqueles(as) que concordarem participar, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde serão pontuados os riscos e benefícios de sua participação e seus direitos, e autorizada a cessão e uso de dados informados. Todas as entrevistas serão gravadas, também mediante autorização do(a) participante. Para o *survey*, também é apresentado o TCLE informando quais dados são coletados e como serão analisados, solicitando sua anuência para tal. Caso o(a) participante não concorde, ele(a) é orientado a não responder o questionário, sem prejuízos.

A H&P possui uma rigorosa política de privacidade e segurança da informação, alinhada com a legislação brasileira. Dessa forma, os dados coletados são armazenados de maneira segura em ambiente online e preservando a confidencialidade das informações, de modo que somente a equipe que analisará os dados terá acesso a eles.

As equipes contratadas para a coleta de informações primárias nos municípios passam por treinamento não somente sobre a estratégia e os instrumentos de pesquisa, como também sobre abordagem empática ao público participante, estabelecendo acolhimento e vínculo para criação de um ambiente seguro e tranquilo para as entrevistas, e questões éticas de pesquisa com seres humanos.

Todos os dados serão tratados e divulgados preservando-se o anonimato dos(as) participantes, sem menção a nomes ou características que permitam a sua identificação.

Limitações e medidas de mitigação

Como em toda pesquisa de avaliação, podem ocorrer algumas limitações na coleta e resultados, como viés de seleção, não alcance da amostra, atrasos e baixa adesão do público. Para mitigar esses pontos, serão adotados protocolos de análise de dados, estabelecendo critérios para tratamento estatístico das amostras, caso haja vieses e não alcance da amostra, garantindo a representatividade. Também na seleção dos entrevistados buscar-se-á sempre considerar os diversos grupos e recortes sociais existentes.

³⁰ Como destacado anteriormente, nem sempre estará no controle da equipe de avaliação pelo fato de os entrevistados serem indicados pela equipe local da BAE, mas, sempre que possível, a equipe de avaliação trará esses recortes.

Outra limitação é uma baixa taxa de resposta/participação nas pesquisas. Para lidar com essa questão, estratégias de mobilização serão reforçadas, sendo enviadas mensagens de texto, e-mail e aplicativos de mensagem. Conta-se, também, com o apoio do UNICEF e Undime, que possuem maior proximidade com os públicos. As equipes de pesquisadores(as) de campo também foram treinadas para coleta eficiente, acolhedora e respeitosa, de maneira a aumentar o engajamento. Tratamentos estatísticos para correção da amostra serão empregados quando, mesmo com as demais ações, ainda houver tais questões.

Usos e Divulgação da avaliação

A **divulgação dos resultados, achados e recomendações da avaliação** da estratégia Busca Ativa Escolar representa uma etapa crucial no processo avaliativo e envolve a produção de materiais e apresentação dos resultados para os principais atores envolvidos. Por meio dessa etapa, os resultados estarão acessíveis às partes interessadas, promovendo transparência e permitindo que o trabalho seja utilizado de forma eficaz para disseminar conhecimento sobre a estratégia.

Para alcançar esse objetivo, a H&P desenvolverá um conjunto de produtos que permitirá a comunicação e disseminação dos resultados:

Quadro 13. Produtos para comunicação e disseminação dos resultados

Produtos	Descrição	Formato de disseminação
Relatório Final por etapa de ensino	Documento que consolidará os resultados e análises para 1) Educação Infantil e 2) Ensino Fundamental I e II, incluindo um Sumário Executivo.	Documento de até 40 páginas em formato PDF.
Relatório Final Consolidado	Documento estruturado em seções descritivas, analíticas e de recomendações, que consolidará os resultados finais da avaliação.	Documento de até 70 páginas em formato PDF.
Boletim com Mensagens-chave	Documento de 1 página resumindo as principais mensagens da avaliação, destinado à comunicação em reuniões e encontros com a imprensa.	Documento em formato PDF.
Infográfico	Documento em 1 página A3, destacando de maneira objetiva e visual os principais achados.	Documento em formato PDF.

Apresentações dos resultados³¹	Documento para apresentação contendo a síntese das informações e recomendações da avaliação.	Documentos em formato PPTX (Power Point).
--	--	---

Espera-se que os resultados desta avaliação sejam utilizados pela gestão nacional da Busca Ativa Escolar, formada pelo UNICEF e a Undime junto a parceiros como Congemas, Conasems, Uncme, Atricon, parceiros implementadores do Selo UNICEF, equipes subnacionais, doadores, sociedade civil e pelo UNICEF na América Latina. Os usos estão detalhados no quadro abaixo.

Tabela 14. Usos esperados da avaliação e documentos que acessarão, por público



Tipos de usuários

Primários

Usuários	Usos da avaliação	Documentos
UNICEF Brasil, Undime	<ul style="list-style-type: none"> Compreender os potenciais e as limitações dos pressupostos estabelecidos para a estratégia no alcance dos resultados almejados. Avaliar se a atuação em regime de colaboração tem ocorrido de maneira a garantir a matrícula e a permanência das crianças e adolescentes em todas as etapas de ensino. Fortalecer arranjos intersetoriais e o <i>advocacy</i> em torno da desnaturalização da exclusão escolar para o enfrentamento das suas causas. Identificar e promover modelos de implementação mais efetivos, de modo a fortalecer a estratégia. Avaliar se, e em que medida as capacidades desenvolvidas em estados e municípios têm sido suficientes para o alcance de resultados. Compreender a pertinência da implementação da estratégia nos estados e municípios frente aos desafios atuais da exclusão escolar. Disseminar boas práticas identificadas na avaliação para municípios e estados. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Final por etapa de ensino Relatório Final Consolidado Mensagem-chave Infográfico Apresentação dos resultados
Governos subnacionais	<ul style="list-style-type: none"> Promover ajustes no desenho local de implementação da estratégia. Contribuir para alavancar a implementação e os resultados de estados e municípios. Engajar a população no processo de desnaturalização da exclusão escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Final por etapa de ensino Relatório Final Consolidado Mensagem-chave Infográfico Apresentação dos resultados

³¹ A H&P participará de até três reuniões para a apresentação dos resultados e recomendações da avaliação em eventos estratégicos, sendo uma reunião presencial. A definição dos eventos será feita pela equipe gestora da avaliação, que poderá contar com o apoio e com as sugestões da equipe da consultoria.

	<p>Contrapartes (Congemas, Conasems, Uncme, Atricon, Parceiros, implementadores, Parceiros financiadores)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os resultados e apoiar o trabalho do UNICEF na superação dos desafios relacionados à matrícula e exclusão escolar. Advogar pela garantia do acesso e permanência das crianças e adolescentes à escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Final por etapa de ensino Relatório Final Consolidado Mensagem-chave Infográfico Apresentação dos resultados
Secundários	Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e valorizar a importância da superação da cultura de exclusão escolar na sociedade. Engajar-se na Busca Ativa Escolar como parte dos atores da rede de proteção de direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Mensagem-chave Infográfico Apresentação dos resultados
	UNICEF LACRO (Latin America and the Caribbean Regional Office)	<ul style="list-style-type: none"> Tomar conhecimento sobre a efetividade da Busca Ativa Escolar enquanto estratégia de referência do UNICEF para o enfrentamento à cultura de fracasso e exclusão escolar. Cumprir sua missão institucional de fortalecimento de uma cultura de avaliação para o aperfeiçoamento das estratégias e programas. Contribuir com a disseminação dos resultados da estratégia junto a outros países da região latino-americana, impulsionando o desenvolvimento de novas iniciativas voltadas para o enfrentamento da exclusão escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Final Consolidado Mensagem-chave Infográfico Apresentação dos resultados

Espera-se que, a partir dos produtos elaborados, os resultados da avaliação se tornem conhecidos e os atores envolvidos tomem conhecimento acerca do desenvolvimento da estratégia, fortalecendo o enfrentamento da exclusão escolar.

Resultados

e garantia de qualidade

Os insumos gerados pela avaliação servirão de base para **gerar os resultados que trarão respostas aos temas investigados**, segundo as dimensões da TdM

e as perguntas avaliativas, indicadores e critérios de julgamento. Assim, os resultados serão capazes de olhar para a efetividade, relevância, impacto e sustentabilidade das ações da Busca Ativa Escolar, segundo os temas da cultura de colaboração intersetorial, do regime de colaboração, da adesão e planejamento para implementação da BAE, da implementação, do monitoramento e avaliação das ações e da sustentabilidade e impactos.

Os resultados obtidos, por sua vez, apoiarão o Unicef e demais atores que farão uso da avaliação na tomada de decisões para aprimoramento da Estratégia Busca Ativa, sua implementação e funcionamento e, ainda, no alcance de resultados de impacto na matrícula e redução da exclusão escolar. Nesse sentido, espera-se que, **com o uso dos resultados levantados na avaliação, os atores envolvidos estejam munidos de informações que direcionem suas ações** para o fortalecimento dos objetivos da Busca Ativa, especialmente a redução da exclusão escolar.

Isso porque, uma vez que a avaliação vai apontar potencialidades e limitações em relação a (i) alcance dos resultados almejados pela Estratégia; (ii) atuação para garantir a matrícula e a permanência das crianças e adolescentes em todas as etapas de ensino; (iii) modelos de implementação existentes; (iv) ações em torno da desnaturalização da exclusão escolar para o enfrentamento das suas causas; e (v) atuação intersetorial/em regime de colaboração e capacidades desenvolvidas em estados e municípios, espera-se que o uso da avaliação gere resultados que vão orientar as ações, no sentido de implementar mudanças e práticas que promovam ajustes na direção do bom funcionamento da BAE e do alcance de seus impactos.

Como forma de **garantir a qualidade da avaliação e dos resultados gerados**, a H&P adotará um conjunto de ações para que os dados e informações levantados sejam fidedignos à realidade e sigam rigorosos critérios de levantamento, consolidação e análise. A utilização da abordagem de **métodos mistos**, combinando estratégias de pesquisa quantitativa e qualitativa, contribuirá para produzir evidências robustas, vis-à-vis as particularidades da Estratégia Busca Ativa Escolar, possibilitando a escuta de maior pluralidade de atores envolvidos para responder às perguntas avaliativas. Todos os métodos utilizados prezam pela qualidade e rigor científico, garantindo assertividade, confiabilidade e validade aos resultados.

Além disso, será instituído um Grupo de Referência de Avaliação (GRA), como uma medida estratégica para fortalecer o processo de avaliação da Busca Ativa Escolar. Sua composição ainda está em processo de construção, podendo figurar entre os membros, além da equipe da H&P, representantes do UNICEF e da UNDIME, parceiros doadores, institutos de pesquisa e outros atores interessados no tema. O Grupo tem por objetivo apoiar os(as) consultores(as) e a gestão da avaliação de forma consultiva e atuar como um mecanismo de

governança participativa, garantindo que a avaliação mantenha alinhamento com os princípios da Busca Ativa Escolar e reflita as nuances contextuais dos territórios analisados.

Por fim, a função do GRA será tornar fácil o acesso às informações e informantes, promovendo o diálogo entre a equipe técnica e os atores-chaves, bem como ofertar feedbacks contínuos sobre resultados preliminares da avaliação. Dessa forma, espera-se, ainda, que o Grupo contribua com a garantia da qualidade e da validade dos achados, reforçando o compromisso com a fidedignidade das informações levantadas e assegurando que a análise realizada reflita adequadamente as especificidades da Busca Ativa Escolar.

No mesmo sentido, reuniões periódicas entre a equipe da H&P e da equipe gestora da avaliação, estão sendo realizadas com o intuito de acompanhar o trabalho e garantir a boa execução das atividades planejadas, corrigindo rotas ou definindo estratégias conjuntamente.

Somada à **qualidade técnica da equipe envolvida** no projeto, as equipes locais de coleta de informações primárias *in loco* passam por intensivo treinamento, tanto sobre a parte teórica da estratégia, quanto para melhor aplicação dos métodos e abordagem empática ao público participante.

Além disso, destaca-se que a H&P segue protocolos para garantir que os públicos participantes sejam ouvidos de maneira **ética**, seguindo as normas legais e garantindo o acolhimento dos mesmos. Assim, a abordagem aos públicos é feita de maneira empática e respeitosa e as entrevistas são realizadas apenas após os(as) entrevistados(as) manifestarem concordância, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), havendo explicação dos direitos ao anonimato, sigilo e uso das informações reveladas.

Para a produção dos insumos e produtos da avaliação, também serão adotados procedimentos para promover a qualidade. Além de seguir o rigor científico para o tratamento e a análise das informações, utilizando técnicas robustas e validadas, a equipe também seguirá os requisitos estabelecidos no **Termo de Referência**, nos manuais e no **Sistema Global de Supervisão de Relatórios de Avaliação (GEROS)** do UNICEF. Além disso, nos anexos do relatório final a equipe de avaliação realizará uma autoavaliação do produto, seguindo os critérios GEROS.

Todo o processo será sempre validado com a equipe de referência do UNICEF e os ajustes demandados serão realizados, entregues em uma versão revisada do produto.

Plano de Trabalho e Cronograma

Esta seção apresenta o Plano de Trabalho desenvolvido para a avaliação da estratégia Busca Ativa Escolar pela H&P. Em seguida, é exposto o cronograma do projeto e, ao final, são apresentadas as informações sobre a equipe responsável pela avaliação, incluindo suas funções e currículos.

Plano de trabalho

1

CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA

Nesta primeira etapa do projeto, a H&P desenvolverá e definirá os **aspectos que guiarão a avaliação** por meio de uma análise situacional da Estratégia e da construção da Teoria da Mudança e da Matriz Avaliativa da Busca Ativa Escolar.

- 1.1 Alinhamento inicial
- 1.2 Análise situacional da Estratégia Busca Ativa Escolar
- 1.3 Construção da Teoria da Mudança
- 1.4 Elaboração da Matriz Avaliativa da Estratégia
- 1.5 Relatório Inicial

2

EXECUÇÃO DA COLETA DE DADOS

Nesta etapa, será realizada **a coleta de dados primários, secundários e administrativos** para a avaliação formativa e somativa da Busca Ativa Escolar, com foco tanto nos seus processos quanto nos resultados. Os dados primários serão coletados tanto presencialmente, por meio de entrevistas realizadas em visitas a municípios selecionados, quanto remotamente, por meio de entrevistas com os atores estaduais selecionados e pesquisa amostral com atores municipais e estaduais.

- 2.1 Atividades preparatórias
- 2.2 Coleta de dados
- 2.3 Processamento, análise e triangulação de dados

3

ANÁLISE DE DADOS E RELATORIA

Esta etapa se concentrará na **comunicação dos resultados da avaliação formativa e somativa da Busca Ativa Escolar**, com base na análise dos dados coletados na etapa anterior. Os resultados serão apresentados em três documentos: um Relatório Final para a Educação Infantil, um Relatório Final para o Ensino Fundamental I e II, e um Relatório Consolidado.

- 3.1 Elaboração dos relatórios finais
- 3.2 Apresentação e validação dos relatórios finais

4

DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES

Nesta etapa final, serão realizadas atividades voltadas à **comunicação estratégica e divulgação dos resultados e recomendações da avaliação**, com o objetivo de garantir sua ampla utilização pelos diversos perfis de stakeholders. Em particular, as estratégias de comunicação serão direcionadas para **fortalecer o advocacy** acerca do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na escola e ampliar a visibilidade da importância de superar a cultura de exclusão escolar na sociedade.

- 4.1. Preparação de produtos de comunicação
- 4.2. Apresentação dos resultados

Cronograma

ATIVIDADES TAREFAS	INÍCIO	TÉRMINO
EIXO 1 CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA		
Análise Situacional da estratégia Busca Ativa Escolar		
Realizar análise documental e de dados administrativos da Busca Ativa Escolar	16/10/24	25/10/24
Elaborar roteiros de entrevistas	21/10/24	23/10/24
Validar roteiros de entrevista	24/10/24	24/10/24
Realizar ajustes, se necessário	25/10/24	25/10/24
Disponibilizar lista de pessoas que serão entrevistadas	23/10/24	23/10/24
Mobilizar atores para entrevistas em profundidade	24/10/24	04/11/24
Realizar entrevistas em profundidade com stakeholders	29/10/24	31/10/24
Construção da Teoria da Mudança		
Elaborar e disponibilizar versão preliminar da TdM	29/10/24	12/11/24
Realizar oficina de construção participativa da TdM	14/11/24	14/11/24
Consolidar a TdM e disponibilizá-la	18/11/24	20/11/24
Produto 1 – TdM entregue e validada	21/11/24	21/11/24
Elaboração da Matriz Avaliativa		
Elaborar e disponibilizar a Matriz Avaliativa	18/11/24	10/01/25
Validar a Matriz Avaliativa	13/01/25	28/01/25
Realizar ajustes, se necessário	28/01/25	28/02/25
Produto 2 – Matriz Avaliativa entregue e validada	28/02/25	28/02/25
Elaborar e disponibilizar relatório inicial	06/01/25	28/02/25
Validar relatório inicial	28/02/25	14/03/25
Realizar ajustes, se necessário	14/03/25	19/03/25
Produto 3 – Relatório inicial entregue e validado	19/03/25	19/03/25
EIXO 2 EXECUÇÃO DA COLETA DE DADOS		
Coleta de dados – Municípios		
Mobilizar atores para pesquisa	22/11/24	24/01/25
Elaborar e validar roteiros e questionários de coleta	22/11/24	08/12/24
Disponibilizar <i>survey</i> para atores das Secretarias Municipais, Coordenadores(as) e Supervisores(as) da BAE	16/12/24	24/01/25
Realizar entrevistas em profundidade presenciais com secretárias, equipes da BAE e famílias	10/12/24	20/12/24
Coleta de dados – Estados		

Elaborar e validar roteiros e questionários de coleta	13/01/25	31/01/25
Mobilizar atores para pesquisa	17/02/25	10/03/25
Disponibilizar <i>survey</i> para atores das Secretarias Estaduais, Coordenadores(as) e Supervisores(as) da BAE	17/02/25	10/03/25
Realizar entrevistas em profundidade online com equipes estaduais	24/02/25	10/03/25
EIXO 3 ANÁLISE DE DADOS E RELATORIA		
Apresentação dos resultados parciais		
Realizar o processamento e análise de dados	10/03/25	21/03/25
Elaborar e disponibilizar a apresentação dos resultados parciais	21/03/25	04/04/25
Validar apresentação de resultados	07/04/25	11/04/25
Realizar ajustes, se necessário	14/04/25	16/04/25
Produto 4 – Apresentação de resultados parciais e insumos de coletas de dados entregue e validado	16/04/25	16/04/25
Elaboração dos relatórios finais		
Elaborar e disponibilizar o relatório final – Educação Infantil	04/04/25	07/05/25
Elaborar e disponibilizar o relatório final – Ensino Fundamental I e II	04/04/25	07/05/25
Validar relatórios finais	07/05/25	19/05/25
Realizar ajustes, se necessário	19/05/25	26/05/25
Produto 5 – Relatório final – Educação Infantil entregue e validado	26/05/25	26/05/25
Produto 6 – Relatório final – Ensinos Fundamental I e II	26/05/25	26/05/25
Elaborar e disponibilizar relatório final consolidado	26/05/25	09/06/25
Validar relatório consolidado	09/06/25	16/06/25
Realizar ajustes, se necessário	16/06/25	24/06/25
Produto 7 – Relatório final Consolidado entregue e validado	24/06/25	24/06/25
Apresentação e validação dos relatórios finais		
Elaborar materiais para <i>workshop</i> de apresentação dos relatórios finais	25/06/25	01/07/25
Realizar <i>workshop</i> de apresentação e validação dos relatórios finais	02/07/25	02/07/25
EIXO 4 DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES		
Elaborar e disponibilizar Power Point para apresentação de resultados da avaliação com stakeholders	25/06/25	11/07/25
Elaborar e disponibilizar infográfico diagramado de uma página A3	25/06/25	11/07/25
Elaborar e disponibilizar documento de uma lauda com mensagens chave da avaliação para o cliente	25/06/25	11/07/25
Validar produtos de comunicação	14/07/25	18/07/25
Realizar ajustes, se necessário	21/07/25	23/07/25
Apresentação de resultados para partes interessadas	28/07/25	31/07/25
Produto 8 – Mensagem chave entregue e validada	23/07/25	23/07/25
Produto 9 – Apresentação dos resultados entregue e validada	23/07/25	23/07/25
Produto 10 – Infográfico entregue e validado	23/07/25	23/07/25

Equipe do projeto

Como forma de garantir a qualidade da avaliação da estratégia Busca Ativa Escolar, a equipe da H&P envolvida no processo é composta por uma equipe plural, especializada e multidisciplinar, integrada por profissionais com formação, experiência, habilidades e competências técnicas aderentes às necessidades da demanda. A seguir são apresentados mini currículos da equipe que atua diretamente no projeto:

JULIANA VASCONCELOS DE SOUZA BARROS **CIENTISTA SOCIAL E DOUTORA EM DEMOGRAFIA**

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Socióloga (UFMG-2008), Mestre em Demografia (UFMG-2012), Doutora em Demografia (UFMG-2017) e Pós-doutorado em Demografia (Cedeplar/UFMG-2022). Foi ganhadora do Prêmio Capes de Tese, na área de Demografia e Planejamento Urbano e Regional, com tese na temática da Saúde Sexual e Reprodutiva e dos Direitos Reprodutivos. Profissional com experiência de mais de 10 anos em monitoramento e avaliação de projetos, coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, elaboração de teoria da mudança, elaboração, monitoramento e avaliação de indicadores populacionais, demográficos e realização de diagnósticos sociais. Atua como consultora da H&P desde 2018, coordenando os projetos da área de Monitoramento e Avaliação, atuando com clientes como Porticus, PNUD, BID, Unesco, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), Fundação Roberto Marinho (FRM), Itaú Social e Instituto Iungo. Dentre outras experiências, destacam-se as atuações como assistente de monitoramento das políticas de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais no Instituto Elo, como coordenadora de equipe e pesquisadora no Laboratório de Estimativas Demográficas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG) e como docente do mesmo centro.

JORGE ALEXANDRE BARBOSA NEVES **CIENTISTA SOCIAL E DOUTOR EM SOCIOLOGIA**

LÍDER DA EQUIPE

Doutorado em Sociologia (University of Wisconsin-Madison/ EUA-1997). Mestrado em Sociologia (1991) e Graduado em Ciências Sociais (1988) ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor colaborador (*lecturer*) de Sociologia Rural no atual Departamento de Sociologia Comunitária e Ambiental da UW-Madison/EUA. Realizou pós-doutoramento no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), foi Professor Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é Professor Titular do Departamento de Sociologia da UFMG, onde ocupou o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Foi Editor da *Population Review*. Atuou como pesquisador visitante no Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade do Texas-Austin, nos EUA. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Economia, Análise Organizacional, Gestão Pública, Estudos Populacionais e Métodos Quantitativos, com ênfase em Mercado de Trabalho, Desigualdades Sociais, Processos Organizacionais e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: capital humano, desenvolvimento socioeconômico, capital social, salários,

empregabilidade, determinação de rendimentos, educação, saúde, desenvolvimento agropecuário e análise organizacional de processos sociais e econômicos. Atuou em projetos junto ao PNUD, FUNDAJ/UNESCO, Instituto Olga Kos e OEI.

MARIANA GADONI CANAAN
CIENTISTA SOCIAL E DOUTORA EM EDUCAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA

Bacharel em Ciências Sociais (UFMG), especialista em *Data Science* e *Analytics* (USP), mestra e doutora em Educação (UFMG). Atualmente, é pesquisadora e coordenadora do Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE/UFMG) mas, desde 2007, participa de pesquisas – quantitativas e qualitativas – no campo da Educação, tendo estudado temas variados, como relação família-escola; melhoria da educação/escola eficaz; ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental; Ensino Médio Profissionalizante; desigualdades no Ensino Superior; efeitos da formação nas trajetórias acadêmicas e profissionais, entre outros. Na H&P, é consultora sênior, e colabora em projetos de monitoramento e avaliação de políticas e programas educacionais.

ANTÔNIO CLARET
SOCIÓLOGO E DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA

Graduado em Relações Internacionais (PUC-Minas-2007), Sociólogo (UFMG-2009), Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2011) e doutor em Ciências Sociais pela PUC-Minas com período na University of Oxford (2017). Na H&P, é consultor sênior, sendo responsável pela coordenação de projetos da área de Proteção Social com destaque para o projeto com o PNUD (ONU) de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente na Ilha do Marajó (PA). Profissional com mais de 10 anos de experiência no setor público, onde atuou como Gerente de Monitoramento e Avaliação no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Assessor de Políticas Públicas no Governo do Estado de Minas Gerais. Foi responsável pela elaboração e coordenação do Projeto BRA 12/015 – Repactuação das Metas dos ODM em Minas Gerais. Coordenou a realização do Prêmio ODM Minas e foi membro do Núcleo Nós Podemos. Foi vencedor do Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano na Categoria Desenvolvimento nos Municípios.

THAIS VICTORINO
CIENTISTA SOCIAL E MESTRE EM EDUCAÇÃO

EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA

Bacharel e licenciada em Ciências Sociais e mestra em Educação pela UFMG, integrou o Observatório da Juventude – UFMG no período do mestrado. Atuou como professora da educação básica na rede pública e privada no ano letivo de 2018, nas disciplinas de Sociologia e Atualidades. Ministrou curso extensivo de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Atuou como responsável por equipe de campo na H&P, em cadastramento de população, coleta de dados e mobilização de atores estratégicos para participação em pesquisa. Atualmente é consultora pleno, e colabora em projetos de monitoramento e avaliação de políticas e programas educacionais.

JULIA ESPECHIT
CIENTISTA DO ESTADO E MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA

Graduada em Ciências do Estado (UFMG-2015) e Mestre em Administração Pública (FJP-2022). Pesquisadora associada à Rede Brasileira de Monitoramento & Avaliação, com 8 anos de experiência profissional em avaliação de projetos em temáticas de desenvolvimento socioambiental e políticas públicas diversas. Na H&P atua como consultora sênior em projetos de Monitoramento & Avaliação e Sustentabilidade.

Quadro 15. Papéis e responsabilidades da equipe

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DA EQUIPE	
POSIÇÃO	ATIVIDADES CENTRAIS
Líder da Equipe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de estratégias teóricas e metodológicas para o projeto; ▪ Realização de alinhamentos periódicos junto à equipe técnica; ▪ Monitoramento da execução das atividades pela equipe; ▪ Gerenciamento interno do projeto. ▪ Orientação e revisão de produtos.
Coordenação Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio técnico à liderança; ▪ Relacionamento constante junto ao cliente; ▪ Definição de estratégias para o projeto; ▪ Realização de alinhamentos periódicos junto à equipe; ▪ Articulação interna com as diversas áreas; ▪ Elaboração e revisão de produtos.
Equipe Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução das pesquisas e atividades operacionais; ▪ Elaboração de produtos, instrumentos, relatórios e apresentações; ▪ Realização de revisão documental; ▪ Apoio à coordenação e liderança; ▪ Participação ativa na análise e discussão de resultados; ▪ Apoio no relacionamento com o cliente.

Anexos

Matriz avaliativa

DIMENSÕES DA TdM	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS AVALIATIVAS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	INDICADORES	FONTES DE COLETA
Cultura de colaboração intersetorial local (entre Educação, Assistência Social e Saúde) e Interfederativa	Efetividade	As equipes locais estão atuando em regime de colaboração e de forma intersetorial com a integração das secretarias de saúde, educação e assistência social em benefício da estratégia?	As Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social estão envolvidas nas ações da Busca Ativa Escolar (Busca Ativa Escolar), realizando reuniões regulares e mantendo uma comunicação efetiva entre as equipes, além de atuarem conjuntamente com o Governo/Secretarias Estadual(is) para a garantia do direito das crianças e adolescentes.	* % de municípios que possuem pelo menos as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social participando das ações da Busca Ativa Escolar.	Survey online com gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Desafios relatados nesse trabalho em conjunto e medidas adotadas para superá-los.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(a), coordenadores(as) municipais.
				* % de municípios que concordam que as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social estão muito ou moderadamente envolvidas na estratégia	
				* % de municípios que afirmam estar satisfeito ou muito satisfeito com a participação do estado na implementação da Busca Ativa Escolar no município.	
				* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que o apoio da Gestão Nacional tem fortalecido o trabalho colaborativo e intersetorial das equipes locais.	

			* Descrição de como ocorre a interlocução com cada Secretaria envolvida na estratégia.	
Efetividade	A colaboração intersetorial das equipes contribui para endereçar os fatores que levam à exclusão ou ao abandono escolar, bem como para a rematrícula e permanência das crianças e adolescentes que estão fora da escola?	A colaboração intersetorial resulta em ações concretas que ajudam a identificar e tratar as causas que levam os estudantes a abandonarem a escola ou serem excluídos do sistema educacional, promovendo assim a rematrícula e a permanência dos estudantes	* % de municípios/estados que afirmam que o trabalho intersetorial realizado no contexto da Busca Ativa Escolar, contribuiu muito ou moderadamente para a (re)inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola.	Survey online com gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			* Exemplos de como a colaboração entre as secretarias resultou em ações concretas que promoveram a rematrícula e permanência dos estudantes.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			* % de estados que afirmam que a colaboração entre diferentes setores (educação, saúde, assistência social, etc.) ajuda a identificar e tratar as causas que fazem com que os estudantes deixem de frequentar a escola ou sejam excluídos do sistema educacional.	Survey online com coordenadores(as) estaduais.
Efetividade	Existem ações de colaboração inter federativa para garantir o acesso à escola por todas as	Existência de coordenação e suporte mútuo entre municípios e estados para a garantia do acesso e	* % de estados que afirmam apoiar e/ou fomentar ações da Busca Ativa Escolar direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual: pré-escola.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e

	<p>crianças e adolescentes?</p>	<p>permanência à escola, inclusive na educação infantil.</p>	<p>* Descrição de como ocorre essa articulação entre estados e municípios para identificação, matrícula e/ou garantia de permanência das crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão. * Desafios presentes nesse trabalho em conjunto, e medidas adotadas para superá-los. * % de municípios/estados que afirmam que existe um fluxo de atendimento dos casos de crianças e adolescentes compartilhado entre o município e estado. * % de municípios que afirmam ter recebido algum apoio por parte do Governo ou das Secretarias Estaduais para a execução da Busca Ativa Escolar. * % de estados que afirmam terem definido ações, procedimentos e instrumentos de assessoria técnica, monitoramento, mobilização e alinhamento junto aos municípios para implementação da BAE. * % de estados que afirmam apoiar e/ou fomentar ações da Busca Ativa Escolar direcionadas a etapas da educação básica que não são ofertadas pela rede estadual: creche.</p>	<p>supervisores(as) dos estados e municípios. Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) municipais.</p>
--	---------------------------------	--	---	---

	<p>Efetividade</p>	<p>A estratégia Busca Ativa Escolar está contribuindo para que a gestão pública (municipal ou estadual) consiga trabalhar de maneira intersetorial?</p>	<p>Percepção positiva dos envolvidos sobre o desenvolvimento de uma cultura de colaboração e atuação intersetorial.</p>	<p>*Exemplos de como essa intersetorialidade/colaboração funciona.</p> <hr/> <p>* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.</p> <hr/> <p>* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura intersetorial na administração municipal ou estadual.</p> <hr/> <p>* % de municípios/estados que concordam parcial ou totalmente com a afirmação de que a Busca Ativa Escolar contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração entre o governo estadual e o municipal.</p>	<p>Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.</p> <hr/> <p>Survey online com gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.</p>
<p>Planejamentos públicos das três esferas de</p>	<p>Sustentabilidade</p>	<p>Os objetivos da estratégia estão refletidos nos</p>	<p>O planejamento prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e</p>	<p>* % de municípios que concordam que o planejamento do município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e</p>	<p>Survey online com secretários(as), gestores(as) e</p>

governo (PPA, LOA, LDO, Planos decenais) assegurando os direitos de meninos e meninas

	planejamentos públicos?	permanência à escola, inclusive na educação infantil.	permanência de bebês e crianças à Educação Infantil. * % de municípios que concordam que o planejamento do município prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência ao Ensino Fundamental. * % de estados que concordam que o planejamento do estado prevê ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência à escola.	coordenadores(as) dos estados.
Efetividade	Os planejamentos públicos asseguram os direitos de crianças e adolescentes?	Os recursos alocados pelos Governos Estaduais são adequados à execução das ações necessárias para garantir o direito de meninos e meninas.	* % de estados que afirmam que o Plano Estadual inclui metas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. * % de estados que afirmam que o Plano Estadual detalha a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a implementação das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.	Survey online com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados.
		Definição clara de metas e alocação de recursos por parte do Governo Federal para a proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes.	* Inclusão de metas e destinação de recursos voltados para a garantia de direitos de meninos e meninas no planejamento da União.	Análise documental (PPA, LDO, LOA).

Ambiente escolar seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano

Efetividade

Os estados e municípios promovem um ambiente escolar acolhedor, seguro e promotor do desenvolvimento humano?

Os(as) beneficiários(as) da estratégia percebem a escola como um ambiente seguro, acolhedor e promotor do desenvolvimento humano.

* Crianças gostam de ir à escola.

Entrevistas em profundidade com famílias.

Existência de iniciativas para acolher e integrar os estudantes que retornaram à escola.

*Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto do Ensino Médio.

Entrevistas em profundidade com coordenadores(as) e supervisores dos estados e municípios.

* Famílias se sentem seguras em deixar as crianças aos cuidados da escola.

* Família cita diferenças na vida das crianças após o retorno à escola.

Obs: segregar a análise por etapa de ensino.

*Exemplos de ações para acolhimento e integração das crianças e adolescentes que voltaram para a escola por meio da Busca Ativa Escolar.

*Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto da Educação Infantil.

*Desafios na matrícula e permanência das crianças no contexto da Educação Fundamental.

* % de municípios/estados que afirmam que, após a matrícula das crianças e adolescentes, é garantido o seu

Survey online com coordenadores(as) e

				acolhimento, permanência e aprendizado na escola. * % de municípios/estados que concordam que a Busca Ativa Escolar promoveu ações que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.	supervisores(as) dos estados e municípios.
ATIVIDADES E RESULTADOS					
Adesão e planejamento	Relevância	As prefeituras e os governos dos estados estão sensibilizados e convencidos da importância e relevância da estratégia?	Adesão à Busca Ativa Escolar.	* % de municípios/estados brasileiros que aderiram formalmente à estratégia Busca Ativa Escolar. * Perfil dos municípios/estados que não aderiram ao último ciclo.	Dados secundários e administrativos (BAE – 2017 a 2024; Censo Demográfico – IBGE, 2022).
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar promoveu ações que fortaleceram os vínculos entre estudantes, famílias e equipes escolares.	
				* % de municípios/estados que não aderiram formalmente à estratégia Busca Ativa Escolar entre um ciclo e outro.	
				* Descrição do processo de adesão à estratégia, da recepção da estratégia/tema da exclusão escolar, e do compromisso firmado pela secretaria a partir da adesão à estratégia.	Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
				* Percepção de como resultados de diagnósticos ou levantamentos de informações acerca do abandono e	

		exclusão escolar no município influenciaram no processo de adesão.	
Gestores(as) reconhecem a viabilidade e a importância da estratégia para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes.		* Estratégias adotadas para realizar a articulação política entre diferentes setores e níveis de governo para a implementação efetiva da Busca Ativa Escolar.	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
		* % de gestores(as)/ coordenadores(as)/ supervisores(as) dos estados/municípios que concordam que "a metodologia da estratégia se adapta à realidade e às necessidades do meu município".	
		* % de gestores(as)/ coordenadores(as)/ supervisores(as) dos estados/municípios que concordam que "a organização proposta na metodologia consegue se enquadrar na infraestrutura e no contexto do município".	
		* Motivos que levaram o município/estado aderir à Estratégia Busca Ativa Escolar quando já possuía outro projeto/programa de enfrentamento da exclusão e/ou risco de abandono escolar.	
		* Percepção da adaptabilidade/aplicabilidade da metodologia ao contexto do município/estado.	Entrevistas em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
		* Adaptações realizadas para execução da estratégia.	

Sustentabilidade	As prefeituras e os governos dos estados desenvolvem ações concretas e contínuas para o sucesso da estratégia?	Mobilizam equipes: Desenvolvem ações de formação e sensibilização.	* % de municípios/estados que oferecem frequentemente (sempre ou quase sempre) formações sobre a Busca Ativa Escolar para o grupo de campo. * Grupo de campo participou de encontros formativos ou capacitações durante a implementação e ao longo da atuação na Busca Ativa Escolar.	Survey online com coordenadores(as) dos estados e municípios. Entrevista em profundidade com técnicos e agentes dos estados/municípios.
		Disponibilizam os insumos: Fornecem os recursos necessários para a execução da estratégia.	* % de municípios/estados que concordam que os recursos materiais necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada. * % de municípios/estados que concordam que os recursos financeiros necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada. * % de municípios/estados que concordam que os recursos humanos necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm sido garantidos e disponibilizados de forma adequada. * % de municípios/estados que concordam que os insumos políticos necessários para a implementação da Busca Ativa Escolar têm	Survey online com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.

			<p>sido garantidos e disponibilizados de forma adequada.</p> <p>* Recursos (humanos, materiais, tecnológicos etc.) disponibilizados para a realização das atividades.</p> <p>* Recursos escassos no município/estado.</p>	<p>Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.</p>
		<p>Monitoram e avaliam: Acompanham regularmente o progresso das ações e fazem ajustes conforme necessário para garantir a eficácia.</p>	<p>* % de gestores(as) municipais/estaduais que utilizam frequentemente os dados da plataforma para monitorar e avaliar a Busca Ativa Escolar.</p> <p>* Descrição de como ocorre o acompanhamento das ações da BAE.</p>	<p>Survey online com secretários(as) e gestores(as) dos estados e municípios.</p> <p>Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.</p>
Efetividade	<p>As equipes foram devidamente constituídas e desenvolveram as capacidades necessárias para implementar a estratégia da Busca Ativa Escolar?</p>	<p>As equipes da Busca Ativa Escolar estão engajadas e devidamente capacitadas.</p>	<p>* % de coordenadores(as) dos municípios que concluíram o curso EAD.</p> <p>* % coordenadores(as) de estados/municípios que afirmam que os materiais e as formações disponibilizadas foram úteis para aprimorar os seus conhecimentos ou de sua equipe sobre a exclusão escolar.</p> <p>* % coordenadores(as) que consideram que as formações ofertadas pelo</p>	<p>Survey online com coordenadores(as) dos estados e municípios.</p>

			<p>município/estado são suficientes para a implementação adequada da estratégia.</p> <p>* % de coordenadores(as) dos estados/municípios que avaliam como boa ou excelente a participação das equipes nas formações.</p> <p>* % de coordenadores(as) que afirmam que a equipe da Busca Ativa Escolar do seu estado/município está formada conforme a metodologia da estratégia, com profissionais alocados em todas as funções previstas e com clareza de seus papéis.</p> <p>* Técnicos e agentes afirmam que as formações e capacitações foram suficientes para colocar em prática as estratégias da Busca Ativa Escolar no município/estado</p>	<p>Entrevistas em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.</p>
Efetividade	<p>O Comitê Gestor tem sido uma instância eficaz para garantir a intersetorialidade e a gestão dos casos, sobretudo visando a garantia de direitos para as crianças e adolescentes em</p>	<p>Comitê gestor se reúne periodicamente (pelo menos mensalmente) e demonstra eficiência em promover o diálogo e o trabalho intersetorial e colaborativo e em apoiar a tomada de decisões e o</p>	<p>* % de municípios/estados em que o comitê gestor se reúne frequentemente (ao menos mensalmente).</p> <p>* % de municípios que afirmam que o Comitê Gestor é eficiente em garantir o diálogo e o trabalho intersetorial no município.</p> <p>* % de estados que afirmam que o Comitê Gestor dos estados é eficiente em garantir o diálogo e o trabalho colaborativo entre estado e municípios.</p>	<p>Survey online com gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>

		situação de maior vulnerabilidade?	aprimoramento da estratégia.	* Descrição de como as reuniões do comitê intersetorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia.	Entrevistas em profundidade com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
			O Plano de Ação orienta a implementação e define os fluxos de atendimento e encaminhamento dos casos de evasão e abandono escolar, incluindo grupos em situação de vulnerabilidade.	* % que afirma que seu município/estado possui um Plano de Ação que orienta e direciona os fluxos de gestão e encaminhamentos dados aos diferentes casos de evasão e abandono escolar. * % que afirma que o plano de ação do seu município/estado abordou as violações de direitos e as violências sofridas por crianças/adolescentes. * % que afirma que o plano de ação do seu município/estado previu o atendimento de diferentes grupos populacionais e/ou considerados "minoritários".	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
Implementação	Efetividade	Os mecanismos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência foram implementadas de forma abrangente e eficaz no território, sobretudo para	As ações contidas no plano de ação da busca ativa escolar estão sendo realizadas conforme o planejado.	* % que afirma que as ações contidas no plano de ação do seu município/estado da Busca Ativa Escolar estão sendo realizadas conforme o planejado.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
			Foram criados protocolos, orientações e normativas para permitir a matrícula, a	* % que afirma que foram criados protocolos, orientações, normativas etc., para matrícula em qualquer tempo das	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?	qualquer tempo, de crianças e adolescentes identificados fora da escola.	crianças e adolescentes identificados fora da escola dos municípios/estados.	
	As ações foram ampliadas para incluir um público-alvo mais abrangente, como bebês e crianças de 0 a 3 anos, além de jovens e adultos que não concluíram a educação básica.	<p>* Percentual de abordagens da BAE por faixa etária (0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 anos ou mais)</p> <p>* Percentual de gestão de casos por faixa etária (0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 anos ou mais)</p>	Dados administrativos (BAE) - 2021 a 2024.
		<p>* % de municípios que afirmaram terem ampliado as ações da Busca Ativa Escolar para crianças de 0 a 3 anos (Creche).</p> <p>* % de municípios que afirmaram terem ampliado as ações da Busca Ativa Escolar para pessoas com mais de 18 anos de idade que não concluíram a educação básica (EJA).</p>	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos municípios.
	Os fluxos de atendimento e encaminhamentos foram intencionalmente estruturados para atender populações específicas, como meninas, indígenas,	<p>* Exemplos de como o fluxo de atendimento está estruturado para atender populações específicas (indígenas, quilombolas, PcD, diversidade de gênero) e suas vulnerabilidades.</p> <p>* Descrição de como esse fluxo de atendimento foi elaborado.</p> <p>* % de estados que afirmam que os fluxos de atendimento e encaminhamentos foram</p>	<p>Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p> <p>Survey online com coordenadores(as) e</p>

		<p>quilombolas e pessoas com deficiência (PcD), considerando suas vulnerabilidades.</p>	<p>intencionalmente estruturados para atender motivos de exclusão e abandono escolar relacionados às violências.</p>	<p>supervisores(as) dos estados.</p>
		<p>As equipes de campo conseguem caracterizar e identificar os casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos, além de serem orientadas a observar e relatar sobre diversidade de gênero, raça e deficiência.</p>	<p>* Descrição de como o fluxo de atendimento previu a identificação e o atendimento para os motivos de exclusão ou abandono escolar relacionados às violações de direitos e violências conforme os motivos elencados pela metodologia.</p>	<p>Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>
			<p>* Técnicos e agentes de estados/municípios conseguem caracterizar e identificar os casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos.</p>	<p>Entrevista em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.</p>
			<p>* Descrição dos procedimentos adotados após a identificação de casos de exclusão/abandono relacionados às violências e violações de direitos.</p>	
		<p>* Técnicos e agentes de estados/municípios receberam orientações para observar e relatar sobre diversidade de gênero, raça e deficiência.</p>		
		<p>A estratégia demonstra eficácia na conversão de alertas em abordagens, abordagens em</p>	<p>* Índice de conversão de ações - calculado a partir da análise fatorial dos seguintes indicadores: 1. Taxa de conversão de alerta dos casos em pesquisa e análise técnica</p>	<p>Dados administrativos (BAE) - 2021 a 2024.</p>

		<p>encaminhamentos, de encaminhamentos em matrícula, e de acompanhamento dos rematriculados.</p>	<p>2. Taxa de conversão de pesquisa e análise técnica em gestão do caso 3. Taxa de conversão de gestão do caso em matrícula 4. Taxa de conversão de matrícula em observação</p>	
		<p>A metodologia da estratégia Busca Ativa Escolar facilitou a identificação dos casos de exclusão e abandono escolar, além de ações de enfrentamento mais assertivas e ágeis.</p>	<p>* % que concorda que a metodologia da Busca Ativa Escolar facilitou a identificação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.</p> <p>* % que concorda que os casos de exclusão e abandono escolar relacionados à violência foram melhor identificados com a implementação da Busca Ativa Escolar.</p> <p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior agilidade no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar (apenas municípios).</p> <p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior foco no enfrentamento dos motivos relacionados à exclusão e abandono escolar (apenas estados).</p> <p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar.</p>	<p>Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>

<p>Relevância</p>	<p>Os motivos da exclusão e do abandono escolar identificados pela estratégia estão em sintonia com as evidências nacionais sobre o tema?</p>	<p>A estratégia identifica os grupos mais afetados pela exclusão e o abandono escolar, bem como os seus principais motivos, de acordo com as evidências nacionais.</p>	<p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para maior assertividade de ações relativas à exclusão escolar.</p> <p>* Comparação do perfil das crianças e adolescentes (por faixa etária: de 0 a 3 anos, de 4 a 5 anos, 6 a 14 anos; e de 15 a 17 anos) identificados pela estratégia em relação aos dados nacionais.</p> <p>* Comparação dos motivos da exclusão e abandono escolar (por faixa etária: de 0 a 3 anos, de 4 a 5 anos, 6 a 14 anos, e de 15 a 17 anos) identificados pela estratégia em relação aos dados nacionais.</p>	<p>Dados secundários e administrativos (BAE, Pnad Contínua Educação/IBGE) por estado - 2021 - 2023</p>
<p>Efetividade</p>	<p>Em que medida as equipes locais estão engajadas e mobilizadas nos processos de identificação, gestão do caso, (re)matrícula e permanência das crianças e adolescentes fora da escola?</p>	<p>As equipes locais entendem a exclusão escolar como uma violação de direitos e estão ativamente envolvidas nos processos de identificação e inclusão escolar das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.</p>	<p>* Percepção de engajamento das equipes dos municípios e/ou estados nos processos de identificação e inclusão escolar das crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.</p> <p>* Equipe compreende a exclusão escolar como uma violação de direitos.</p> <p>* Existência de discussões ou ações para reforçar essa compreensão.</p> <p>* Medidas adotadas para superar os desafios e melhorar o engajamento das escolas.</p>	<p>Entrevista em profundidade com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.</p> <p>Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>
<p>Efetividade</p>	<p>O comitê intersetorial funciona de maneira</p>	<p>Capacidade do comitê de integrar diversos setores e efetivamente</p>	<p>* % de municípios/estados que possuem reuniões ampliadas do comitê intersetorial frequentemente.</p>	<p>Survey online com coordenadores(as) e</p>

	<p>eficaz e colaborativa, promovendo o diálogo intersetorial e o endereçamento das ações necessárias para alcançar os objetivos da estratégia, sobretudo para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade?</p>	<p>abordar as violências e violações de direitos, especialmente contra populações mais vulneráveis.</p>	<p>* % de municípios/estados em que o Comitê Intersetorial conta com a participação da sociedade civil. * % de municípios/estados em que o Comitê Intersetorial conta com a participação de órgãos de controle e justiça. * % de Comitês Intersetoriais que definem ações de enfrentamento com base em dados e diagnósticos. * % de Comitês Intersetoriais que discutem ações para estudantes que enfrentam discriminação de gênero, discriminação étnico-racial, preconceito por deficiência, xenofobia, bullying ou violências. * % de Comitês Intersetoriais que endereçam as situações de discriminação de gênero, discriminação étnico-racial, preconceito por deficiência, xenofobia, bullying ou violências para atendimento e resolução. *% que concordam com a afirmação de que as reuniões do Comitê Intersetorial apoiam a tomada de decisões e o aprimoramento da estratégia.</p>	<p>superiores(as) dos estados e municípios.</p> <hr/> <p>Entrevistas em profundidade com coordenadores(as) dos estados.</p>
			<p>* O comitê norteia discussões sobre prioridades em relação ao orçamento público e à destinação de recursos</p>	

			financeiros para determinadas áreas sociais.	
Efetividade	O apoio oferecido pela Gestão Nacional contribui para a implementação da Busca Ativa Escolar?	O apoio oferecido contribui para a implementação bem-sucedida da Busca Ativa Escolar por meio de formações, materiais, apoio técnico e parcerias.	<p>* Auxílios/apoios recebidos por município e estados.</p> <p>* % que ficou satisfeito com o auxílio/apoio prestado pela Gestão Nacional.</p> <p>* % que concorda que os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são essenciais para a implementação da estratégia.</p> <p>* % que concorda que os mecanismos de apoio prestados pela Gestão Nacional são suficientes para superar as dificuldades de implementação encontradas no meu município.</p> <p>* % que concorda que o apoio da Gestão Nacional tem fortalecido o trabalho colaborativo e intersetorial das equipes locais.</p> <p>* Exemplos de apoio do UNICEF e Undime à implementação da Busca Ativa Escolar.</p> <p>* Avaliação do apoio do UNICEF e Undime à implementação da Busca Ativa Escolar.</p>	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
Efetividade	Em que medida as ações da Busca	A percepção de diferentes atores é que	* % que concorda que a Busca Ativa Escolar fomentou ações que motivaram as famílias	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios. Survey online com coordenadores(as) e

	Ativa Escolar têm sensibilizado e motivado as famílias a promoverem o retorno e a permanência de crianças e adolescentes na escola?	as ações da Busca Ativa Escolar são eficazes em engajar as famílias e incentivá-las a apoiar a educação contínua de seus filhos.	a incentivarem o retorno e permanência dos estudantes nas escolas. * Percepção do nível de sensibilização e engajamento das famílias em relação ao retorno e permanência das crianças e adolescentes que voltaram para a escola após a Busca Ativa Escolar	supervisores(as) dos estados e municípios. Entrevista em profundidade com coordenadores(as), supervisores(as), técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.
Efetividade	Em que medida as ações endereçadas aos estudantes têm contribuído para o seu acesso e permanência na escola?	As ações direcionadas aos estudantes resultaram na matrícula de crianças e adolescentes identificados fora da escola, apresentando baixa recorrência de infrequência e abandono entre eles após o retorno.	Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes identificados pela BAE que foram matriculados. Regressão Multivariada – Variável de desfecho: * % de crianças e adolescentes matriculados que abandonaram a escola durante o período de acompanhamento. * Percepção dos responsáveis de que a criança/adolescente pode abandonar a escola novamente. * Nível de recorrência da infrequência ou do abandono escolar entre as crianças e adolescentes que voltaram para escola por meio da Busca Ativa Escolar.	Dados secundários (Munic – IBGE; Censo Escolar – INEP) e administrativos (BAE) – 2021 a 2024. Entrevista em profundidade com as famílias. Entrevista em profundidade com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
Efetividade	De que forma o selo UNICEF e seus	Municípios reconhecem a importância dos	* Comparação da taxa de matrículas entre os municípios do selo e aqueles de	

		incentivos contribuem para o alcance de resultados em termos de matrículas e permanência das crianças e adolescentes na escola?	incentivos e apoio associados ao selo UNICEF e possuem maiores taxas de matrícula e menores taxas de abandono escolar.	mesmo perfil que não participam da certificação. * Comparação da taxa de abandono escolar dos estudantes rematriculados durante o período de acompanhamento entre os municípios do selo e aqueles de mesmo perfil que não participam da certificação. * Avaliação dos municípios do selo sobre o apoio e incentivos recebidos.	Dados administrativos (BAE) - 2021 a 2024. Entrevista em profundidade com secretários e coordenadores(as) dos estados e municípios.
Monitoramento, avaliação e comunicação	Efetividade	O município/estado utiliza os dados disponíveis na plataforma da Busca Ativa Escolar para analisar o cenário da exclusão e abandono escolar, auxiliar na matrícula e encaminhamento de crianças e adolescentes para	As informações sobre os casos são registradas regularmente na plataforma e acompanhados posteriormente.	* % que afirma que todas os alertas/casos de crianças e adolescentes identificadas como fora da escola são registrados na plataforma. * % que afirma que todas as informações levantadas nas verificações são registradas diretamente na plataforma. * % que afirma que todos os casos registrados na plataforma são acompanhados posteriormente. * Percentual de estados e municípios que acessaram a plataforma nos últimos 30 dias.	Survey online com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios. Dados administrativos (BAE) - 2024/2025

	serviços públicos, e desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes?	Os dados da plataforma são utilizados para avaliação e melhoria das intervenções.	<p>* % que afirma que o Comitê Intersetorial analisa os dados disponíveis na plataforma.</p> <p>* % que afirma que os dados gerados pela plataforma auxiliam na matrícula de crianças e adolescentes e no seu encaminhamento para os demais serviços públicos.</p> <p>* % que afirma que a Busca Ativa Escolar gerou dados diagnósticos que permitiram compreender melhor o cenário da exclusão e abandono escolar no município/estado.</p> <p>* % que afirma que a Busca Ativa Escolar gerou dados diagnósticos que permitiram desenvolver intervenções mais direcionadas e eficazes.</p> <p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar incentivou ações focadas nas necessidades e vulnerabilidades dos(as) beneficiários(as) da estratégia do município.</p>	Survey online com secretários(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
Efetividade	As ações de mobilização social e <i>advocacy</i> foram realizadas e bem-sucedidas?	Ações de mobilização social e <i>advocacy</i> foram realizadas e resultaram em maior conscientização e engajamento das famílias e sociedade civil.	<p>* % de municípios e estados que realizaram a campanha "Fora da Escola Não Pode!", com o objetivo de divulgar a estratégia Busca Ativa Escolar, envolver e engajar os atores locais.</p> <p>* % que afirma que com a Busca Ativa Escolar, a administração municipal passou a priorizar o enfrentamento da exclusão e do</p>	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

abandono escolar e mobilizou a sociedade para esse compromisso.	
* % que afirma que as ações da estratégia promoveram o engajamento da comunidade na defesa da educação como direito de toda criança e adolescente.	
* Exemplos de ações para sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre a exclusão escolar e a importância da escola e da Busca Ativa Escolar.	Entrevista com coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.
* Existência de ações de sensibilização e mobilização voltadas para comunidades vulneráveis ou de difícil acesso.	
* Percepção de que os(as) líderes comunitários(as), religiosos(as) ou de organizações da sociedade civil presentes nos territórios se engajam na Busca Ativa Escolar.	Entrevista com técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.

IMPACTOS E SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade da Estratégia	Sustentabilidade	Em que medida as capacidades locais permanecem ativas em momentos críticos?	A gestão municipal tem condições de dar continuidade às ações mesmo com a troca de profissionais das equipes da estratégia; a descontinuidade da gestão ou novas gestões eleitas; e a	* Percepção de que a gestão municipal tem condições de dar continuidade à estratégia. * Percepção de que as capacidades desenvolvidas pelas equipes locais, no âmbito da estratégia, permanecem ativas em momentos críticos, como a) Troca de profissionais das equipes da estratégia; b) Descontinuidade da gestão ou novas	Entrevista com secretários(as), gestores(as) e coordenadores(as) dos estados e municípios.
---------------------------------------	-------------------------	---	---	---	--

			ausência do suporte oferecido pelo UNICEF/Undime e parceiros.	gestões eleitas; c) Ausência do suporte oferecido pelo UNICEF e parceiros.	
				* % que concordam que a gestão municipal/estadual daria continuidade à Estratégia de maneira independente e autônoma sem o apoio da Gestão Nacional da Busca Ativa Escolar?	Survey com secretários(as) coordenadores(as) dos estados e municípios.
Impacto no público-alvo	Impacto	A Busca Ativa Escolar impactou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio?	A Busca Ativa Escolar ampliou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em todas as etapas da educação, desde a creche até o ensino médio.	* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para ampliar o acesso e/ou o levantamento de oferta de creche para bebês (Educação Infantil).	Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios
				* % que concorda que A Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e a permanência de crianças entre 4 e 5 anos na pré-escola (Educação Infantil).	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e a permanência de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos ao Ensino Fundamental na escola	
				* % que concorda que a Busca Ativa Escolar melhorou o acesso e permanência de adolescentes entre 15 e 17 anos ao Ensino Médio na escola.	
				* % de crianças/adolescentes rematriculados por faixa etária.	
				* % de casos da BAE por gênero e raça/cor.	
	Impacto				Dados administrativos (BAE) - 2021 a 2024.

<p>Em que medida a estratégia conseguiu identificar e atender adequadamente grupos mais vulneráveis (considerando marcadores de gênero, raça/cor, etnia, deficiência)?</p>	<p>A estratégia consegue impactar grupos vulneráveis, reintegrando-os ao sistema escolar e promovendo a igualdade de gênero na educação</p>	<p>* % de crianças/adolescentes rematriculados por gênero e raça/cor.</p>	<p>Dados administrativos (BAE) - 2021 a 2024.</p>
		<p>* Percepção de que os casos identificados e atendidos na estratégia são de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade (em função do gênero, orientação sexual, raça, etnia, deficiência etc.).</p>	<p>Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>
		<p>* A identificação de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade é um direcionamento ou objetivo estratégico já definido para a atuação das equipes locais</p>	
		<p>* Percepção se os casos identificados e encaminhados pela Busca Ativa Escolar são de crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade (em função do gênero, orientação sexual, raça, etnia, deficiência etc.</p>	<p>Entrevista com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as), supervisores(as), técnicos(as) e agentes dos estados e municípios.</p>
		<p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar tem impactado positivamente o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos serviços públicos.</p>	<p>Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>
		<p>* % que concorda que a Busca Ativa Escolar contribuiu para a redução das</p>	

				desigualdades escolares entre meninos e meninas.	
		A Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes?	A Busca Ativa Escolar é eficaz em promover a proteção integral e o cuidado de crianças e adolescentes, resultando em benefícios significativos para eles e suas famílias.	<p>* Formas pelas quais a Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral e a inclusão escolar de meninos e meninas.</p> <p>* Famílias foram encaminhadas para a rede de proteção e tiveram suas necessidades mitigadas/resolvidas.</p> <p>* % que concorda que a implementação da Busca Ativa Escolar tem contribuído para a proteção integral de crianças e adolescentes.</p> <p>* % que concorda que a partir das ações da Busca Ativa Escolar, crianças/adolescentes e suas famílias foram beneficiadas por políticas públicas.</p>	<p>Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p> <p>Entrevista em profundidade com as famílias.</p> <p>Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.</p>
Impacto na gestão pública	Impacto	Como as políticas públicas de diferentes áreas foram impactadas pela estratégia?	As políticas públicas são planejadas e implementadas de maneira intersetorial, e orientadas pela compreensão das necessidades e	* Formas pelas quais a estratégia tem influenciado as políticas públicas locais.	Entrevista em profundidade com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.

vulnerabilidades enfrentadas por crianças e adolescentes.

* % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar incentivou o uso de dados diagnósticos para basear o planejamento e elaboração de políticas públicas.

* % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar abriu portas para parcerias com organizações da sociedade civil a fim de implementar políticas públicas.

* %de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar influenciou o aprimoramento/desenvolvimento de diferentes políticas públicas no município.

* % de estados/municípios que concordam que a Busca Ativa Escolar promoveu e incentivou o aprimoramento/elaboração de políticas públicas intersetoriais e de atuação coordenada.

Survey online com secretários(as), gestores(as), coordenadores(as) e supervisores(as) dos estados e municípios.



H&P

hep.solutions